

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LUCAS FURIATI DE OLIVEIRA

**Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia
e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2014

LUCAS FURIATI DE OLIVEIRA

**Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia
e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Mayorga

Belo Horizonte

2014

150

O48s

Oliveira, Lucas Furiati de

2014

Sem lugar [manuscrito]: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte / Lucas Furiati de Oliveira. - 2014.

71 f. : il.

Orientadora: Claudia Andréa Mayorga Borges.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Mulheres - Teses. 3. Favelas - Teses. 4. Urbanização – Belo Horizonte - Teses. I. Mayorga, Claudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG
PSICOLOGIA
UFMG


FOLHA DE APROVAÇÃO

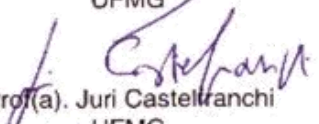
Furiati, L. (2014). Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da cidade de Belo Horizonte

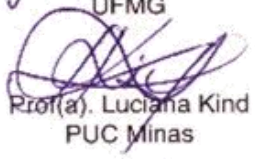
LUCAS FURIATI DE OLIVEIRA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 27 de janeiro de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges - Orientador
UFMG


Prof(a). Juri Casteltranchi
UFMG


Prof(a). Luciana Kind
PUC Minas

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2014.

*Agradeço aos meus pais pelo dom da vida e
a todos que participaram dela até este
momento.*

AGRADECIMENTOS

Ao Pedro Furiati, modelo de ser humano que muito me inspira com seus ensinamentos e seu exemplo de uma vida ética, comprometida com o próximo e com a comunidade.

Aos meus familiares, pelo carinho incondicional e pelo apoio nas escolhas feitas durante a vida; em especial aos meus pais, Terezinha e Júlio, e minha avó Maria das Dores.

À Cláudia Mayorga, pela confiança, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e por ser minha maior incentivadora na superação de meus limites.

À Barbara Magalhães, verdadeira companheira, alegre e presente, sempre pronta para me ouvir.

Aos meus GRANDES AMIGOS da vida, Brancelha, Otacílio, Michel e Mathola e Pathelly.

Aos amigos do Núcleo Conexão de Saberes, André, Daniela, Luana, Luciana, Paulo, Tayane e Yuri, por estarem sempre presentes e por contribuírem para construção desta dissertação.

A todos os professores do Departamento de Psicologia da UFMG, que foram importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação.

Aos amigos do Polos de Cidadania, André, Dudu, Fernanda, Mariane, Maria Fernanda, Viviam e todos os estagiários que passaram pelo Polos Santa Lúcia, pela parceria durante o trabalho.

Ao PPGPSI, a que estive vinculado durante esses dois últimos anos e que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos moradores do Aglomerado Santa Lúcia, pela convivência cotidiana e pela delicadeza e sensibilidade no compartilhamento deste meu aprendizado.

Às participantes desta pesquisa, pela disponibilidade para compartilhar os dilemas vivenciados por elas durante o processo de remoção de suas casas.

Não sou uma mulher?

Sojourner Truth

Bem, crianças, onde existe muita confusão deve haver alguma coisa fora de controle. Eu acho que entre os negros do Sul e as mulheres do Norte, todos falando em direitos, em breve o homem branco estará encrencado.

Mas sobre o que todos aqui estão falando?

O homem lá adiante diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar nas carruagens e a sair do buraco e a ter por toda parte os melhores lugares.

Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a sair da lama nem me deu qualquer lugar melhor! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para o meu braço! Eu lavei a terra, plantei e juntei tudo no celeiro e nenhum homem poderia me liderar!

E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar e comer tanto quanto um homem--quando eu conseguia--e suportar o chicote tão bem quanto! E não sou uma mulher?

Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas vendidas para a escravidão e quando chorei com a tristeza de mãe só Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Então eles falam desta coisa na cabeça; o que é isto que eles chamam? (Inteligência, alguns chamam de sussurros). É assim, querido. O que é que fizeram dos direitos das mulheres ou dos negros?

Se em minha taça não couber uma medida e na sua couber um quarto não seria mesquinho você não me deixar ter minha meia medida toda?

Então aquele pequeno homem de preto lá diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! De onde vem seu Cristo? De onde vem seu Cristo? De Deus e uma mulher! O Homem não tem nada a fazer com Ele.

Se a primeira mulher que Deus fez era forte o suficiente para virar o mundo de ponta cabeça sozinha, estas mulheres juntas devem ser capazes de novamente virá-lo de cabeça para cima! E agora elas estão querendo fazer isso e é melhor os homens as deixarem fazer.

Obrigado por me ouvirem e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

RESUMO

Furiati, L. (2014). *Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A presente pesquisa estudou e buscou visibilizar as vozes de mulheres em processo de remoção de suas casas devido à implementação do Programa Vila Viva na comunidade do Aglomerado Santa Lúcia (Belo Horizonte, MG). Seu objetivo foi analisar os processos de exclusão e subalternização destas experiências em relação as urbanísticas tendências adotadas pela cidade de Belo Horizonte na administração, gestão e produção dos seus espaços. A pesquisa foi realizada em uma região de favela marcada por um contexto de exclusão espacial e social. Foram analisadas algumas perspectivas teóricas que contribuíram para a crítica do modelo de cidade imersa nas lógicas do capitalismo globalizado, tal como propôs Henri Lefebvre. Estudos sobre a constituição do “outro” na relação cidade versus favela também foram centrais, assim como a produção de Alba Zaluar, teórica e estudiosa das favelas brasileiras. As contribuições teóricas do Feminismo são bordadas partir das contribuições de Gayatri Spivak, que se destaca pelos estudos sobre as subalternidades e os processos de subalternização, responsáveis pela produção de efeitos diretos na experiência das mulheres. A metodologia de pesquisa consistiu-se por uma triangulação de métodos que envolveu o levantamento documental sobre a intervenção urbanística proposta pelo Vila Viva e o processo de debate e mobilização da favela em torno da questão; também foi utilizada a técnica de observação participante, juntamente às entrevistas semiestruturadas com oito mulheres, em processo de remoção, realizadas, em sua maioria, nos espaços públicos da comunidade. Os resultados e análises da pesquisa apontaram para a produção de invisibilidades em relação ao lugar das mulheres nos espaços de participação da cidade devido a uma desconsideração das teorias urbanísticas de desigualdades de gênero, o que acaba produzindo intensos efeitos no processo de “feminilização da pobreza”, de maneira especial, em moradoras de favela. Outra reflexão apontou para a reiteração e reprodução do ciclo de exclusão espacial produzido sobre as favelas e seus moradores devido à atuação de Políticas Públicas de urbanização comprometidas com as lógicas mercadológicas de gestão e produção dos espaços da cidade, que acabam por impedir o acesso, a inclusão, a permanência e a participação dos favelados na cidade formal.

Palavras-chave: Favela; Mulheres; Urbanização; Cidade e Invisibilidade.

ABSTRACT

Furiati, L. (2014). *Without a Place: the experience of women removal in the Aglomerado Santa Lúcia and the contemporary urbanistic political context in the city of Belo Horizonte*. Master's Degree Dissertation, Psychology Department, Human Science and Philosophy Faculty, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

The presente research studied and aimed to give voice to the women that are having their houses removed due to the implementation of the Programa Vila Viva in the community of the Aglomerado Santa Lúcia (Belo Horizonte, MG). It aims to analyze the “invisibility”, the exclusion and the subordinated processes of these experiences, taking in account the urbanistic theories and trends adopted by the city of Belo Horizonte administration, management and production of spaces in town. The research is situated in a favela region marked by a social and special exclusion context. Theoretical perspectives that contributed to the critics of the model of a city immersed in the global capitalism logics as proposed by Henri Lefebvre. Studies on the “other” constitution in the relationship city x favela also were central, as well as the production of Alba Zaluar, theorist and student of the Brazilian favelas. The theory references of the feminism are brought by the contributions of Gayatri Spivak, that contrast due to the studies about subordination and the subordination processes, responsible for the production of direct effects in women experiences. The research methodology is consisted in a method triangulation that involved the documental raising about the urbanistic intervention proposed but ha Vila Viva and the favela mobilization and debate process around the matter; it was also used the participant observation technique, together with semistructured interviews with eight women in removal process, held mainly in the public spaces of the community. The results and analysis of the research point to a production of invisibilities in relation to the location of women in the participation spaces in the city, due to a disregard of urbanistic theories of gender inequalities, that end producing intensifying effects in the “poverty feminilization”, specially, in the favela dwellers. Another reflection points to the reiteration and reproduction of the space exclusion produced over the favela and its dwellers due to the action of urbanization public policies compromised with the market management logics and city space production that end up impeding the access, the inclusion, the permanence and the participation of the favela dwellers in the formal town.

Keywords: Favela; Women; Urbanization; Cities and Invisibility.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| BH | Belo Horizonte |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| COHABs | Conjuntos Habitacionais |
| CONEX | Núcleo de Pesquisa Conexão de Saberes |
| COPAC | Comitê Popular dos Atingido pela Copa |
| DPE-MG | Defensoria Pública Estadual de Minas |
| FIFA | Federação Internacional de Futebol |
| GRL | Grupo de Referência Local |
| MPF | Ministério Público Federal |
| MUQUIFU | Museu de Quilombos e Favelas Urbanas |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OUC | Operações Urbanas Consorciadas |
| PAC | Plano de Aceleração do Crescimento |
| PBH | Prefeitura de Belo Horizonte |
| PGE | Plano Global Específico |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| URBEL | Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO..... | 12 |
| ARTIGO 1 – A FAVELA E A ATUAL POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: REFLEXÕES SOBRE O CASO DO AGLOMERADO SANTA LÚCIA | 19 |
| Resumo | 19 |
| Abstract | 20 |
| Resumen..... | 21 |
| 1. Introdução..... | 22 |
| 2. Belo Horizonte e sua política urbanística | 25 |
| 3. Cidade, urbanismo e poder | 26 |
| 4. O Aglomerado Santa Lúcia e os discursos sobre a favela | 31 |
| 5. Considerações finais – A resistência dos moradores frente ao Programa Vila Viva | 42 |
| 6. Referências Bibliográficas | 44 |
| ARTIGO 2 – SEM LUGAR: VOZES DE MULHERES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE REMOÇÃO NO AGLOMERADO SANTA LÚCIA | 466 |
| Resumo | 46 |
| Abstract | 47 |
| Resumen..... | 48 |
| 1. Introdução..... | 49 |
| 2. As Mulheres da Favela | 54 |
| 3. Metodologia | 56 |
| 4. Apropriação e Representação do Espaço | 60 |
| 5. Espaço Público e Relações de Gênero..... | 62 |
| 6. Violências Percebidas pelas Mulheres no Processo de Remoção..... | 65 |
| 7. Considerações Finais | 677 |
| 8. Referências Bibliográficas | 70 |
| APÊNDICE I –TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO CONSENTIDO..... | 72 |
| APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 74 |
| APÊNDICE III – LISTA DE DOCUMENTOS PESQUISADOS | 75 |

APRESENTAÇÃO

As grandes metrópoles estão espalhadas por todo o mundo concentram a maior parte dos recursos e da população mundial. A tendência é que o fenômeno de adensamento populacional e de concentração de riquezas nas grandes cidades se mantenha pelas próximas décadas, apesar dos sinais claros do esgotamento deste modelo de cidade, tais como o aumento da pobreza, a precarização das periferias, os problemas de mobilidade urbana, entre muitos outros. Porém, dados demonstram que o crescimento populacional, a concentração de riquezas e a expansão espacial das metrópoles seguem em ritmo vertiginoso, em especial, nos países terceiro-mundistas de industrialização tardia, entre eles, o Brasil (Davis, 2006). Com a expansão do capitalismo globalizado e a intensificação da cultura de consumo e a flexibilização dos tempos, novos entraves, dilemas e contradições apresentam-se e interpelam as experiências dos diversos atores e moradores existentes nas metrópoles (Harvey, 1992). Toda pluralidade e diversidade que se encontra nessas cidades favorece o constante processo de construção e desconstrução espacial, material, simbólica e ideológica, vivenciada cotidianamente pelos seus moradores (Lefebvre, 2008). Em um passado recente, após a Revolução Industrial, as cidades foram idealizadas como um espaço de igualdade, liberdade e prosperidade. Porém, é observável que muitos grupos são sistematicamente subalternizados, excluídos e tornam-se invisíveis dentro do contexto urbano. Essa pesquisa toma o processo de exclusão espacial articulada com outras estruturas de poder, dominação e controle como centrais para esse trabalho. Dentre elas, podemos citar as desigualdades produzidas pelas relações de gênero, raça e classe.

As grandes metrópoles fazem parte do atual contexto urbano brasileiro. A partir da década de 1970, devido ao “milagre econômico” e ao grande êxodo rural, as cidades passaram a ser o espaço onde a maior parte da população brasileira vive e sobrevive. Nesta pesquisa, entendemos que as grandes cidades são um palco de destaque, onde a sociedade

contemporânea brasileira se apresenta. Nesse sentido, elas são o cenário em que contrastes e importantes lutas por visibilidade, democracia, liberdade, cidadania e autonomia são travadas e dramatizadas. As grandes manifestações que pararam o Brasil nos meses de junho/julho de 2013 evidenciaram dando visibilidade a pautas, conflitos e estratégias importantes de reivindicações. em especial, dentro dos territórios das metrópoles brasileiras onde os protestos foram mais intensos. Por outro, nas metrópoles também ocorrem processos de subalternização, invisibilidade, controle, poder e exclusão que produzem dissimetrias nas experiências de muitos grupos e pessoas, reduzindo possibilidades de acesso a uma cidade mais inclusiva, participativa, construída entorno do bem-estar comum de seus habitantes.

Localizar minha trajetória profissional, acadêmica e política é importante para o entendimento das confluências que me levaram a assumir a favela e a experiência de remoção de mulheres como problemas de pesquisa. Minha primeira aproximação da favela deu-se no ano de 2007 por meio da pesquisa *“Adolescente, quem é você? A construção da identidade dos adolescentes do Aglomerado da Serra”*¹ vinculada ao *Núcleo de Psicologia Política* (NPP-UFMG). Essa experiência em uma região de exclusão espacial e social dentro da cidade iria marcar minha trajetória profissional e acadêmica. Nessa mesma comunidade, no ano de 2008, iniciei um estágio no *Programa Polos de Cidadania*² pelo *Núcleo de Mediação de Conflitos* (NMC). Tal vivência, possibilitou uma aproximação cotidiana da favela e de seus problemas por meio da metodologia de Mediação. Paralelamente a essa atuação, o Programa Vila Viva³ estava sendo implementado na favela da Serra e os conflitos sobre a questão

¹ Projeto de pesquisa-ação realizado nos anos de 2005 a 2008 no Aglomerado da Serra, conjuntamente com o grupo de referência local, composto por moradores, lideranças desta comunidade, coordenado pelos professores Claudia Mayorga (UFMG) e Rubens Nascimento (PUC Minas).

² Polos de Cidadania é um programa interinstitucional voltado para a efetivação dos Direitos Humanos. Criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Polos trabalha pela construção de cidadania, valendo-se do teatro, da denúncia, da mediação de conflitos em favelas e da luta por moradia e trabalho (Viana, 2011).

³ O Programa Vila Viva é uma Política Pública de intervenção urbanística destinada a eliminação de áreas de risco, reurbanização e construção de moradias em áreas consideradas de favela. Concebida e executada pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Vila Viva é financiado por recursos federais provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento, via Ministério das Cidades. São realizadas intervenções em quatro eixos principais:

fundiária, as indenizações e as remoções passaram a fazer parte de meu interesse acadêmico, profissional e político. No ano de 2009, passei a participar de uma pesquisa no departamento de Antropologia/UFMG denominada: “*Formas Alternativas de Resolução de Conflitos em Belo Horizonte: mapeando um campo, seus dilemas e seus valores*”⁴. Realizei uma pesquisa etnográfica de dois meses no Aglomerado da Serra, momento em que a questão urbanística e seus efeitos sobre a favela se confirmaram como objeto pessoal de interesse, investigação e atuação política, apesar dos objetivos centrais desta pesquisa serem outros. Retornei ao Programa de Extensão *Polos de Cidadania* no ano de 2010, como técnico em Psicologia no Aglomerado Santa Lucia⁵. Neste momento, o processo de implementação do Vila Viva nessa favela estava em seu início. Aliando meus interesse pessoal, minha atuação política e minha prática profissional, decidi fazer a seleção para o mestrado, tendo como objeto de pesquisa o Aglomerado Santa Lúcia e a referida intervenção urbanística. No ano de 2012, passei a integrar o Núcleo Conexões de Saberes (CONEX)⁶. As discussões, debates, reflexões e deslocamentos, tendo em vista as dinâmicas de poder, de invisibilidade, opressão, exclusão e produção de resistências e novos posicionamentos foram essenciais para a produção desta pesquisa.

A aproximação com o Feminismo foi fundamental para o processo de crítica, posicionamento e reflexividade durante a construção desta pesquisa. Os deslocamentos

social, urbanístico, habitacional e de regularização fundiária. Mais informações disponíveis em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0& (2013, dezembro).

⁴ O objetivo da pesquisa era analisar o potencial de experiências institucionais alternativas de resolução de conflitos em áreas urbanas com altos índices de ocorrências, a partir do sentido de equidade construído pelos atores envolvidos, orientado por uma abordagem etnográfica das experiências selecionadas.

⁵ O Aglomerado Santa Lúcia atualmente é constituído por cinco vilas. São elas: Vila Santa Rita de Cássia (Morro do Papagaio), Vila Estrela, Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Esperança (Bicão) e Vila São Bento (Vila Carrapato), sendo que, de uma forma geral, a favela está relativamente urbanizada. Nela existem creches, centro de saúde, escolas de ensino fundamental e acesso aos transportes públicos coletivos. No entanto, ainda há escassez de certos equipamentos públicos e saneamento básico de qualidade em algumas vilas, em especial, na Vila São Bento (Vila Carrapato) e Vila Esperança (Bicão). Segundo o Plano Global Específico, amplo estudo de aspectos socioeconômico e estruturais da favela finalizado pela Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2003, a população do Aglomerado era de 16.914 habitantes

⁶ O Núcleo Conexões de Saberes na UFMG desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com objetivo de analisar os elementos psicossociais e psicopolíticos que constituem a desigualdade social brasileira, bem como as formas individuais e coletivas para seu enfrentamento (Mayorga, 2010).

produzidos por leituras a partir desta perspectiva levaram à reflexão e à percepção dos efeitos de poder do lugar de pesquisador durante o desenvolvimento deste trabalho. Outro impacto relevante desta teorização, diz respeito às chaves de leituras utilizadas para me aproximar da realidade das favelas e das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia frente ao Vila Viva. Nesse sentido, essa perspectiva abriu-me novas possibilidades de compreensão dessa comunidade, com a qual já estava em contato por alguns anos, ajudando-me a enxergar e a entender o lugar predominante das mulheres nos espaços políticos da favela, o protagonismo desse grupo na negociação/implementação do Vila Viva Santa Lúcia, e em outras atuações, e suas participações comunitárias essenciais para a história de construção desse lugar. Não podemos deixar de falar dos processos de subalternização e exclusão que as teorias feministas abordam sobre a experiência de ser mulher. No caso desta pesquisa as participantes, além da condição de serem mulheres faveladas, são também terceiro-mundistas, negras e pobres, atravessamentos que marcam de maneira singular a vida dessas mulheres (Anzaldúa, 2005; Curiel, 2007; Spivak, 2010).

Durante essa trajetória profissional e acadêmica, também estive envolvido em movimentos sociais ligados à questão da apropriação e da ocupação dos espaços urbanos na luta por uma cidade mais democrática e inclusiva, tais como: *Praia da Estação*, *Fora Lacerda*, *Ocupação Dandara*, *Comitê dos Atingido pela Copa (COPAC)*, entre outros. Novamente, os Feminismos produziram em mim deslocamentos e impactos importantes visto que, como experiência de militante, passei a pautar dilemas, invisibilidades e reproduções de posições de subalternização, vivenciados por elas na cidade, na favela e dentro da luta por direitos. Dessa forma, os atravessamentos de gênero existentes nesses espaços de participação e atuação política passaram a ficar mais visíveis.

A pesquisa que deu origem a essa dissertação teve como objetivo investigar os efeitos produzidos pelo Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia, na experiência de mulheres

que serão removidas de suas casas. Para realizar este trabalho, a articulação e o diálogo com teorias e perspectivas tanto urbanísticas quanto Feministas foram fundamentais para construirmos as críticas, os questionamentos e as problematizações, além das análises psicossociais no contexto da cidade de Belo Horizonte, de suas favelas e de suas moradoras. Realizamos uma revisão bibliográfica de autores que assumem posicionamentos críticos em relação às cidades e aos modelos urbanísticos comprometidos com lógicas associadas ao capitalismo globalizado, atualmente, muito influentes na concepção e na produção dos espaços na cidade de Belo Horizonte. A favela e os debates teóricos produzidos acerca dela foram centrais nesta pesquisa para o entendimento de dinâmicas de exclusão espacial, invisibilidade e poder, além de ajudarem a contextualizar e a complexificar a realidade que pesquisamos. A articulação teórica com o Feminismo foi fundamental, pois ajudou a capturar invisibilidades, opressões e exclusões que, associadas aos processos de urbanização, apresentam efeitos específicos sobre a experiência das mulheres. No caso das participantes desta pesquisa, existe uma sobreposição de mecanismos estruturais de dominação, invisibilidade e produção de subalternidade dos quais pretendemos nos aproximar.

As metodologias utilizadas para alcançar o objetivo proposto foram o levantamento e a leitura dos registros, listas de presenças, relatórios e documentos públicos produzidos por entidades, associações, equipamentos públicos, movimentos sociais e executores das obras, tendo em vista o processo de implementação do Vila Viva Santa Lúcia. A observação participante nos espaços públicos de debate sobre as obras também foi utilizada como metodologia de pesquisa. A inserção direta em reuniões, que aconteciam majoritariamente na comunidade, possibilitou uma maior aproximação do contexto e das pessoas envolvidas nos debates sobre as obras. Os primeiros contatos com as participantes da pesquisa ocorreram durante encontros, audiências públicas e as reuniões em que o Vila Viva Santa Lúcia era discutido com a comunidade. Por fim, a realização de entrevistas semiestruturadas teve como

objetivo aprofundar as percepções, as experiências, os sentimentos e as reflexões das mulheres em processo de remoção. As mulheres convidadas para participar estiveram envolvidas em atuações nos diversos espaços públicos e arenas de debate sobre o Vila Viva Santa Lúcia. Todas as entrevistadas são residentes nas vilas: Vila Esperança e São Bento, ambas com previsão de serem completamente removidas, devido às obras de reurbanização propostas e em execução pelo Vila Viva Santa Lúcia.

Fruto da pesquisa realizada, esta dissertação é apresentada na forma de dois artigos que dialogam entre si por meio de reflexões sobre a constituição do “outro” dentro da dicotomia cidade/favela e a exclusão espacial promovida por modelos e perspectivas urbanísticas e seus efeitos nos espaços tanto da cidade, quanto da favela e na constituição da subjetividade de seus moradores, em especial, das mulheres faveladas.

O primeiro artigo apresenta uma reflexão sobre a política atual de urbanização adotada pela cidade de Belo Horizonte, bem como seus efeitos e discursos produzidos sobre as favelas. Por meio de uma análise crítica articulada com teóricos preocupados com a cidade, o urbanismo contemporâneo, fortemente influenciado por lógicas capitalistas e mercadológicas, e os estudos sobre as favelas brasileiras, pretendemos apresentar como elas foram sendo construídas e constituídas como o “outro” em relação à cidade. Um ponto importante nesta reflexão são as posições que a favelas e os favelados são colocados frente à cidade formal, incluindo os deslocamentos e resistências produzidos por eles nesta relação de subordinação, exclusão e invisibilidade.

O segundo artigo que compõe essa dissertação apresenta reflexões, tendo como substrato as experiências de mulheres faveladas em processo de remoção de suas moradias. Através da análise e projeção de suas vozes frente ao Programa Vila Viva, política pública de reurbanização de Vilas e favelas, executado pela Prefeitura de Belo Horizonte, nossa intenção é a de visibilizar e historicizar as experiências dessas mulheres, por meio da valorização de

suas vozes e do registro de suas perspectivas, reflexões e percepções sobre esse processo que lhes foi imposto pela administração da cidade. As vozes serão analisadas, de acordo com três categorias centrais para este artigo que são: representação e apropriação do espaço da favela e de suas moradias, relações de gênero no espaço público da favela frente às obras e as violências nomeadas por elas frente ao processo de remoção de suas moradias. Nesse sentido, lançar luz sobre os efeitos e as invisibilidades produzidas pelas teorias e práticas urbanísticas adotadas pela cidade de Belo Horizonte, que negligencia as desigualdades de gênero, as especificidades e as experiências das mulheres em processo de remoção, acaba precarizando aspectos fundamentais da vida dessas mulheres, como o trabalho, os vínculos comunitários e o modo próprio de habitar dessas pessoas, contribuindo para um processo de “feminilização da pobreza”.

Os artigos apresentados abaixo estão formatados e foram construídos de acordo com as normas exigidas por periódicos nas áreas de Urbanismo e Psicologia Social classificadas como A2 e B1 e B2 pela *Qualis- CAPES*. Podendo os mesmos serem apresentados para publicação, após aprovação da dissertação. Sendo assim, assumimos o risco desta forma de escrita e seus desafios. Em Apêndice encontram-se alguns instrumentos, documentos e ferramentas que foram utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, a saber: Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Apêndice II – Roteiro de Entrevista, Apêndice III – IV – Lista de Documentos Pesquisados.

ARTIGO 1

A FAVELA E A ATUAL POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: REFLEXÕES SOBRE O CASO DO AGLOMERADO SANTA LÚCIA

Resumo

O presente artigo visa apresentar o contexto e as tendências atuais das políticas de urbanização na Cidade de Belo Horizonte por meio de reflexões ligadas à implementação do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia. Serão discutidos os processos de exclusão espacial nas cidades atuais, tendo em vista o Capitalismo contemporâneo e sua relação com a história, a construção e o momento atual desta cidade e de suas favelas. Apresentaremos as principais posições produzidas sobre e pelos moradores desta favela durante os debates, reuniões e audiências públicas, frente às intervenções urbanísticas propostas pelo Vila Viva. Da mesma forma, serão trabalhados os efeitos de poder dessas posições nas lógicas de urbanização, na remoção de pessoas e nas concepções de cidade e de favela, tendo como referências os discursos presentes na literatura sobre a última. Daremos especial destaque aos efeitos de poder produzidos na realidade e no cotidiano do aglomerado Santa Lúcia.

Palavras-chave: Exclusão espacial; Vila Viva; Poder; Urbanização; Favela.

Abstract

The following paper intends to present the context and the current trends in urban policy in the city of Belo Horizonte through reflections about of the Vila Viva Program interventions in the Aglomerado Santa Lúcia. Will be discussed the spatial exclusions processes in the cities nowadays, given that the contemporary Capitalism and its relations to the history, the cities construction and up-to-date moment of Belo Horizonte and its *favelas*. We will present the leading positions produced about the Aglomerados's Santa Lúcia dwellers throughout the debates, meetings and public hearings, facing the Vila Viva's proposals of intervention. Similarly, there will discussed the effects of these interventions in the urban planning and housing removal taking as reference the city and *favela* theories, usin the concepts and from the literature on *favelas*. We will give special emphasis to the effects of power produced in reality and daily life of Aglomerado Santa Lúcia.

Key words: Space Exclusion Vila Viva, Power, Urbanization and Favela

Resumen

El siguiente artículo tiene la intención de presentar el contexto y las tendencias actuales de la política urbana en la ciudad de Belo Horizonte acerca de las intervenciones del Programa Vila Viva en el Aglomerado Santa Lucía. Se discutirá los procesos de exclusiones espaciales en las ciudades hoy en día, del capitalismo contemporáneo y sus relaciones con la historia, la construcción de las ciudades y hasta la fecha en Belo Horizonte y sus favelas. Vamos a presentar las posiciones de liderazgo producidas sobre los habitantes de Santa Lucía en los debates, reuniones y audiencias públicas, frente a las propuestas de intervención de lo Vila Viva. Del mismo modo, habrá discutido los efectos de estas intervenciones en la eliminación de planificación urbana y de vivienda, tomando como referencia las teorías de la ciudad y de las favelas, como también sus conceptos en la literatura. Vamos a dar un énfasis especial a los efectos de poder que se producen en la realidad y la vida cotidiana de lo Aglomerado Santa Lucía.

Palabras-clave: Exclusión Espacial Vila Viva, Poder, Urbanización y Favela

1. Introdução

Desde 2006 o Governo Federal do Brasil, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), vem disponibilizando grandes quantias de recursos financeiros para serem aplicadas em obras de infraestrutura nas mais diferentes cidades brasileiras. Muitos já foram os municípios contemplados com esses recursos e Belo Horizonte (BH) é um deles. Obras de infraestrutura urbana, modernização, eliminação de áreas de risco, habitação, entre outras, estão ocorrendo em todo o Brasil. O PAC é financiado pelo Governo Federal do Brasil e por meio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Caixa Econômica Federal destinou aproximadamente R\$ 1,15 bilhões para o desenvolvimento do Vila Viva na Cidade de BH, política pública de cujo foco são as áreas consideradas de favela ou de vulnerabilidade social.

O Vila Viva é uma política de cunho urbanístico e habitacional concedida e executada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). São realizadas intervenções em quatro eixos principais: social, urbanístico, habitacional e de regularização fundiária.¹ A estimativa é de que, no total, o Vila Viva atinja, em Belo Horizonte, cerca de 13.167 famílias, que serão removidas de suas casas. Até o fim das obras, pretende-se construir 6.894 apartamentos para o reassentamento dos moradores nas próprias comunidades ou em bairros próximos de onde estão ocorrendo ou ocorrerão as intervenções urbanísticas. Entre as diversas comunidades que receberam investimentos, está o Aglomerado Santa Lúcia, localizado na região Centro-Sul da Cidade de Belo Horizonte.

A partir do início da implementação do Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia, líderes comunitários, moradores, entidades atuantes na região e Poder Público constituíram espaços de debate e discussão acerca da implementação das obras através de reuniões e audiências públicas e indicando não só uma pluralidade de interesses e forças, mas a complexidade que envolve a questão urbanística e de moradia no caso de vilas e favelas em Belo Horizonte.

¹ Mais informações disponíveis no Portal PBH (<http://portalpbh.pbh.gov.br>).

As obras do Vila Viva são realizadas com base em um estudo aprofundado das vilas e favelas chamado de Plano Global Específico (PGE). Esse estudo é um instrumento de planejamento da prefeitura que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em uma análise aprofundada da realidade dessas áreas, considerando os aspectos urbanísticos, socioeconômicos e a situação jurídica do terreno (Brandenberger, 2001).

No Aglomerado Santa Lúcia, o PGE foi realizado entre os anos de 1999 e 2003. Apenas recentemente, no ano de 2010, começaram-se as movimentações para o início das obras, o que, de fato, só iria ocorrer em 2013. Passados dez anos da conclusão do PGE, a realidade social na favela não era mais a mesma. Das cinco vilas do Aglomerado Santa Lúcia, a Vila São Bento e a Vila Bicão passaram por um adensamento significativo de moradores e se fortaleceram enquanto comunidade antes do anúncio das obras. Inclusive, a Vila São Bento constituiu uma Associação de Moradores em 2010.² Atualmente, estas duas vilas serão totalmente removidas pelas obras do Vila Viva e possuem participação intensa no processo de mobilização e debate frente ao Vila Viva Santa Lúcia.

Determinados aspectos da implementação do Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia motivaram questionamentos: as formas de remoção das famílias de suas casas, o valor das indenizações pagas, o não reconhecimento da propriedade do terreno ocupado, o alargamento e construção de vias na favela, entre muitos outros. Com o início do Vila Viva, foi formado na favela o Grupo de Referência Local (GRL). Composto por funcionários do Vila Viva e PBH, lideranças vinculadas às Associações de Moradores das vilas, participantes de entidades que atuam na comunidade e moradores locais, o GRL é um espaço de debate e participação popular que tem o objetivo de facilitar a construção de diálogos entre o Vila Viva e a comunidade. Nos encontros e reuniões do GRL ficou explícito o significativo envolvimento

² O processo de criação da Associação de Moradores da Vila São Bento está descrito nos relatórios produzidos pelo Polos de Cidadania, que acompanhou toda a mobilização, articulação e organização da comunidade. Os documentos e relatórios que se relacionam com esse processo compõem uma das fontes de dados desta pesquisa.

da comunidade na defesa de seus interesses. Porém, rapidamente, alguns grupos perceberam que não eram legitimados, mas sim invisibilizados neste espaço, em especial a Vila São Bento. Essa vila, então, passou a exigir outras formas de diálogo que não fossem mediadas pela própria PBH, pois, posicionamentos críticos em relação ao Vila Viva Santa Lúcia encontravam pouca ressonância dentro do GRL e as diversas cooptações ali existentes.

Durante minha atividade profissional no Programa Polos de Cidadania³ em 2010, passei a integrar e participar da referida rede de discussão, e, após meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFMG e no Núcleo de Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes⁴ na UFMG em 2012, tomei o processo de implementação do Vila Viva Santa Lúcia como campo de estudo. Na primeira etapa da pesquisa de mestrado, utilizei como fonte de dados os registros do processo e das atividades vinculadas à implementação do Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia desde 2010. Até o presente momento, durante todo o processo de mobilização política em questão, foram realizadas mais de sessenta reuniões oficiais,⁵ cujo objetivo foi discutir a intervenção urbanística proposta pela PBH junto à comunidade. As fontes de dados analisados para produção desta reflexão foram extraídas das informações presentes nas atas destas reuniões, em documentos públicos produzidos por entidades participantes do processo – tais como Polos de Cidadania, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública Estadual de Minas Gerais (DPE-MG), Paróquia Nossa Senhora do Morro, Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MUQUIFU), Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), PBH –, e em diário de campo de minha autoria.

A pluralidade de posições e perspectivas presentes no debate sobre o Vila Viva Santa Lúcia tornou promissora a possibilidade de reflexão sobre as concepções urbanísticas da

³ Programa interinstitucional voltado para a efetivação dos Direitos Humanos. Criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Polos trabalha pela construção de cidadania, valendo-se do teatro, da denúncia, da mediação de conflitos em favelas e da luta por moradia e trabalho (Viana, 2011).

⁴ O núcleo desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de analisar os elementos psicossociais e psicopolíticos que constituem a desigualdade social brasileira, bem como as formas individuais e coletivas para seu enfrentamento (Mayorga, 2010).

⁵ Entende-se por reuniões oficiais todos os encontros promovidos e conduzidos pela PBH visando a discussão do Programa Vila Viva com a comunidade do Aglomerado Santa Lúcia.

cidade e sua relação com as favelas de BH. Os efeitos de poder produzidos pelo Vila Viva e os diversos posicionamentos sobre a favela e a cidade presentes na implementação dessa política pública são questões centrais nesta reflexão.

2. Belo Horizonte e sua política urbanística

O Vila Viva tem sido implementado em vilas e favelas na Cidade de Belo Horizonte desde 2005 e se associa a um contexto amplo de processos distintos de urbanização da cidade, estando grande parte dos interesses vinculados aos especuladores imobiliários e a órgãos e/ou instituições internacionais, em especial, as entidades que promovem megaeventos, como a Federação Internacional de Futebol (FIFA). Essa influência tem marcado e direcionando a lógica urbanística adotada por essa cidade. Assim, o cenário das intervenções urbanísticas atuais de Belo Horizonte tem gerado grandes tensões devido, entre outros aspectos, ao grande número de desapropriações de grupos e comunidades. Nesta lista de ocupações desapropriadas parcial ou integralmente nos três últimos anos, podemos citar: Zilah Espósito, Rosa Leão, Vila UFMG, Torres Gêmeas entre outras na cidade ou Região Metropolitana de BH. Outras ocupações, tais como Dandara, Terra Preta e comunidades do entorno do anel rodoviário, vivem em constante pressão e risco de desapropriação.

As Operações Urbanas Consorciadas (OUC) estão previstas no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257-2010). Diferentes dos outros tipos de intervenção urbanística descritas acima, as OUCs são uma parceria entre Poder Público e iniciativa privada. O objetivo deste instrumento urbanístico e jurídico é facilitar a captação de recursos para serem investidos em revitalizações e reconfigurações urbanas. Pela proposta de política pública urbanística denominada Nova BH, possível devido às OUCs, o município vende títulos de investimentos à iniciativa privada e com o recurso arrecadado investem em locais estratégicos do ponto de

vista imobiliário, aumentado o potencial construtivo de uma região.⁶ Todo esse contexto revela concepções de cidade e de espaço público em forte disputa.

3. Cidade, urbanismo e poder

O modelo de cidade presente na atualidade tem seu desenvolvimento e construção a partir da Revolução Industrial iniciada na Europa no final do século XIX. Com a Revolução Industrial, as cidades ganham importância e passam a desempenhar um papel central na nascente organização social, o Capitalismo. A Revolução Industrial foi, assim, o motor responsável pela formação das sociedades urbanas e posteriormente seria as cidades protagonistas da Revolução Urbana como defende (Lefebvre, 1999). Conseqüentemente, as primeiras aglomerações populacionais de proletários surgem nesse contexto, sendo que na realidade urbana brasileira que logo se transformariam nos cortiços e favelas como atualmente entendemos.

Com o desenvolvimento e a intensificação da lógica capitalista, as cidades modernas passaram a não ser mais apenas o local onde o capitalismo se desenvolvia. Ela própria passa a fazer parte desta lógica; com isso, as cidades passam a ser administradas e organizadas de maneira similar às empresas, vivendo em função do lucro e da maximização dele (Lefebvre, 2008).

O processo de expansão econômica mundial da década de 1970 teve como uma de suas conseqüências a reestruturação da política urbana. Se antes o modelo fordista de produção se traduzia no planejamento urbano como a imposição de uma disciplina produtiva no espaço da cidade, agora a flexibilização do controle e do desenvolvimento urbano passa a permitir também a ampliação de investimentos financeiros nas cidades, e aproxima ainda mais o

⁶ Segundo a cartilha dessa política pública, o Nova BH é um instrumento “que vai promover grandes melhorias em quase 25 km² da cidade, nas regiões do Corredor Antônio Carlos-Pedro I e do Corredor Leste-Oeste, que inclui a Avenida dos Andradas, Avenida Tereza Cristina e Via Expressa. É semelhante ao que grandes metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona e Buenos Aires já realizaram com sucesso” (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte).

planejamento urbano da função mercadológica de desenvolvimento econômico-capitalista na cidade (HARVEY, 1992).

No entanto, nos países subdesenvolvidos, o processo de industrialização fordista, periférico e incompleto, se traduziu em periferias urbanas que se proliferam por todo o espaço urbano. Segundo Davis (2006), o mundo vive um processo de favelização. O fordista, além do agravamento das condições de exclusão socioespacial nas cidades, deixou como herança pressupostos progressistas de organização, como o zoneamento e a regulação do uso do solo urbano, a construção de vias longas de acesso, a ênfase no automóvel como meio de transporte, a forte imigração urbana, dentre outros.

Os processos de urbanização propiciaram também a extensão da política que antes era exercida apenas dentro das cidades. Nesse contexto, integram-se à dinâmica urbana pós-industrial grupos que antes estavam excluídos das sociedades modernas, permitindo uma organização político-associativa que assume diversas formas de manifestação. Esse processo de (re) politização do espaço abre novas possibilidades a grupos sociais antes excluídos do processo político das cidades, como os favelados, as mulheres, negros, entre vários outros.

Se de um lado o planejamento urbano se aproximou ainda mais da sua função mercadológica de desenvolvimento econômico, de outro o Poder Público segue sendo chamado a responder às carências produzidas pelo processo de exclusão socioespacial das cidades brasileiras, o que tem levado o Estado a buscar novas formas de organização e diálogo com a sociedade civil. A reconfiguração do modelo de acumulação na década de 1970 gerou também a necessidade de se repensar e construir novas ferramentas teóricas para a interpretação da complexidade social, principalmente para compreender como as forças conservadoras hegemônicas articulam-se para reproduzir sua lógica no espaço social. Harvey (1993) explica que as relações de poder só podem ser compreendidas a partir de suas implicações nas práticas espaciais e temporais. Mais dedicado à compreensão das implicações

temporais das relações de poder, o autor reconhece que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social na e sobre a vida cotidiana. O espaço produzido pela sociedade serve tanto de instrumento ao pensamento quanto à ação, ou seja, é meio de produção e de controle e também meio de dominação e poder.

Segundo Lefebvre (1991), o Estado planeja e organiza racionalmente o espaço em nome dos interesses do capital, através do conhecimento e da tecnologia produzida com esta finalidade. Para o autor, o pensamento moderno se resume em uma constante repetição de hábitos direcionados para a produção da chamada “sociedade burocrática do consumo dirigido” (Lefebvre, 1991, p 148). Para ele, a “produção” envolve não somente o sentido econômico do termo, mas também o sentido de produção de coisas (produtos), de obras, de ideias, ideologias, consciências, conhecimentos, ilusões e verdades. No entanto, segundo o autor, quem diz “produção” diz também “reprodução”, ao mesmo tempo física e social: reprodução do modo de vida. Neste sentido, a produção misturada à atividade material e ao mercado constitui, para esse autor, a linguagem da vida real.

Segundo Lefebvre (2008), nas cidades atuais existem dois tipos distintos de valor que estão em constante disputa e conflito: o valor de uso, que se refere ao cotidiano, ao ritmo, ao tempo e à vida na cidade; e o valor de troca; que está ligado às especulações, ao capital de reserva, ao espaço material e à propriedade. O valor de troca assume maior importância no Capitalismo avançado e globalizado devido à exigência de busca incessante por lucros e por flexibilização. A cidade e seus moradores passam a ser reféns das lógicas urbanísticas praticadas com esse intuito. Dessa maneira, o valor de troca assume a cada dia mais força devido à difusão e consolidação de um modelo globalizado e capitalista de cidade.

No caso do Brasil e em países subdesenvolvidos, as cidades se destacam não somente pelo ritmo do crescimento populacional, mas também pela dinâmica acelerada de transformação do espaço-tempo. As cidades são marcadas por discontinuidades

socioespaciais, produto de uma dialética entre a cidade formal e aspectos do cotidiano da vida social (Santos, 1976). Por um lado, o urbanismo assume o papel de reprodução do espaço para o mercado capitalista; por outro, os problemas socioespaciais das cidades, como o adensamento precário de vilas e favelas, revelam que uma significativa parcela da população nunca teve poder aquisitivo compatível com os custos de se morar em áreas urbanizadas e formais das cidades.

No entanto, como afirma Lefebvre (2008), os tempos são indissociáveis e contraditórios dentro da cidade, revelando um processo coletivo de mobilização e resistência espacial. Pensando dessa forma, as favelas podem ser definidas como canais de expressão dentro das práticas socioespaciais que delimitam suas territorialidades distintas em relação à cidade formal, a partir de representações próprias inseridas no tempo e no espaço. As moradias produzidas nesses espaços são um exemplo de atividades que não seguem uma padronização em função da lógica do mercado, mas sim uma obra de criatividade dos indivíduos que as constroem. O processo de produção do espaço urbano baseia-se, de um lado, nas possibilidades de articulação entre formas de uso e de abstrações do espaço e, de outro lado, no conflito de interesses que norteia as ações do Estado e do mercado. Partiremos desse ponto para nos atentarmos às atuações políticas dos favelados, em que as resistências se dão tanto no âmbito espacial quanto temporal.

Alberti (1966), escritor e arquiteto renascentista, constrói um pensamento arquitetônico baseado na ideia da república e do bem comum e faz uma pergunta que nos interessa nessa reflexão: O que as cidades e seus espaços produzem no ser humano? Para o autor, as cidades devem ser pensadas e construídas sob a perspectiva do uso público. As construções e os espaços emanam os valores de uma sociedade e, por isso, assumem um papel fundamental no desenho e no viver cotidiano das pessoas que nela habitam ou transitam.

Contudo, para Lefebvre (2008), as cidades contemporâneas, por influência do

Capitalismo, passam a ser pensadas tendo como referência três tipos de tendências urbanísticas distintas. A primeira tendência está geralmente ligada ao humanismo clássico e liberal, essa posição tende a ver a cidade com um romantismo nostálgico, criando um formalismo enrijecido que privilegia um conceito estético em detrimento de outros e retornando a modelos clássicos, puros e belos de cidade que se distanciam da realidade concreta de seus habitantes. A segunda tendência é o urbanismo dos administradores, que se pretende científica. Neste tipo de pensamento, a cidade é alvo das técnicas e dos saberes da ciência, que é fragmentada e não isenta de ideologias. Neste viés, o sujeito que vive na cidade pode desaparecer e a cidade passa a dar lugar aos carros e ruas, na busca pela otimização do seu cotidiano e das informações, ou seja, segue uma lógica mais funcionalista. Sobre esse tipo de tendência, Alberti (1966) levanta uma reflexão crítica contundente, manifesta sua preocupação com a necessidade de se pensar a cidade como sendo lugar do humano e salienta a responsabilidade que os arquitetos e gestores devem ter com o encontro das pessoas. Tanto Lefebvre quanto Alberti são contundentes ao exaltarem a importância dos espaços públicos nas cidades, essenciais para ela e fundamentais para o desenvolvimento de um senso democrático ligado a valores coletivos de desenvolvimento urbano. A terceira tendência é o urbanismo promotor de vendas, que está comprometida com o lucro e com o mercado. Neste sentido, a cidade é lugar de venda de sonhos e felicidades. Essa tendência vê o espaço como uma possibilidade de vender sonhos de habitar melhor, além de especular quais os meios de vida mais adequados e valorizados enquanto mercadoria e, por consequência, possíveis de gerar mais lucros. As OUCs, citadas anteriormente, são exemplos atuais desta tendência urbanística em Belo Horizonte. Neste sentido, o pensamento de Alberti (1966) demonstra que o espetáculo arquitetônico por si é vazio e que a arquitetura não deve funcionar como meio de canalização dos desejos e interesses individuais ou estatais. A arquitetura deve servir ao coletivo, e não como instrumento de individualização e diferenciação simplesmente.

As três tendências urbanísticas operam simultaneamente, sendo que, em certos contextos sócio-históricos, uma prevalece e se sobrepõe às outras. Neste sentido, podemos observar que BH é marcada pelas duas últimas tendências apresentadas em especial o Vila Viva.

As favelas, locais onde a população marginalizada vive, bairros pobres e até mesmo os centros boêmios possuem alto valor de uso, porém, baixo valor de troca. Com isso, esses espaços se transformam em alvos de políticas urbanísticas que visam reconstruir e resignificar os usos feitos dos mesmos. Como expoente deste tipo intervenção urbanística, podemos citar a Haussmamann, responsável pela reforma urbana ocorrida no centro de Paris, em meados do século XIX. As concepções urbanísticas de cidade propostas ficaram conhecidas como higienista. O objetivo desta forma de intervenção urbana é remover os indesejados de um determinado lugar através de obras de urbanização. As intervenções realizadas por Haussmamann, em Paris, influenciaram várias cidades no mundo, inclusive o Brasil (Davis, 2006). Belo Horizonte, durante seu planejamento e construção, recebeu forte influência das ideias de Haussmamann (Costa & Arguelhes, 2008). Ao analisarmos a planta da cidade, da época de sua construção, fica evidente que as classes baixas da cidade não tinham nenhum espaço determinado dentro do perímetro urbano. Essa situação levou a população de baixa renda a ocupar lugares no entorno da cidade e, com isso, surgiram as primeiras favelas da capital mineira, simultaneamente ao seu processo construção. Desde sua origem, BH promove processos de higienização social por meio do urbanismo (Costa & Arguelhes, 2008).

4. O Aglomerado Santa Lúcia e os discursos sobre a favela

No desenvolvimento urbano brasileiro, inclusive no belorizontino, os discursos sobre a favela foram construídos dentro da dicotomia cidade x favela. No caso específico da capital mineira, desde o seu nascimento e construção. Neste sentido, os assentamentos urbanos irregulares se transformaram no “outro” dentro das relações na cidade. Desde seu aparecimento no contexto moderno, as favelas foram consideradas pelo Poder Público e por

setores da sociedade como um problema social, uma aberração urbanística, local de incivildades, espaço de ausência e carência, reduto de pessoas de “menor valor social”, entre outras desqualificações cotidianamente observáveis. O que não é problematizado é o fato de a favela ser a materialização no espaço de estruturas de exclusão espacial, racial, econômica, social, cultural e política da sociedade brasileira (Zaluar & Altivo, 2006).

Essa exclusão se manifesta também pelo número restrito de registros acerca da história das vilas e favelas da Cidade de Belo Horizonte, entre eles, os que remetem a história do Aglomerado Santa Lúcia.

A história desse aglomerado remonta a meados do século XIX, a um contexto anterior à construção da Cidade de Belo Horizonte. Na região onde atualmente se encontra essa favela havia a Fazenda do Cercadinho, localizada no antigo Arraial do Curral Del Rei, delimitada pela Serra do Curral. A fazenda apresentava importantes recursos naturais, principalmente hídricos.

Com o processo de construção da nova capital mineira, o Estado adquiriu terras com o intuito de formar colônias agrícolas que pudessem suprir as demandas da cidade em construção. A necessidade do Estado, somada aos recursos naturais localizados naquele lugar, culminou com a desapropriação da Fazenda do Cercadinho no ano de 1894. Em seu lugar, formou-se a Colônia Agrícola Afonso Penna (1899-1914), que, assim como outras colônias agrícolas estabelecidas, funcionou como um cinturão verde para a nova capital, provendo-a de gêneros alimentícios e alguns materiais para a sua construção. Dentro dessa colônia, instalou-se ainda uma olaria, a Cerâmica Santa Maria, que produziu as cerâmicas utilizadas na construção e decoração de muitos edifícios e casas de Belo Horizonte.

Com o passar dos anos, a cidade passou por processos de modernização e crescimento, o que levou à desativação da Colônia Agrícola Afonso Penna em 1914, pois ela não atendia mais às funções estabelecidas. Esse foi um dos motivos que levaram o Governo a parcelar a

região da Fazenda do Cercadinho e vendê-la a particulares, com a intenção de instalar núcleos urbanos nessa região. É nesse local que se formaram bairros como Santo Antônio, São Bento, Santa Lúcia, Cidade Jardim, dentre outros – atualmente alguns dos mais valorizados da capital mineira.

Com o fim da colônia agrícola e a divisão das terras, a região do Aglomerado passou a fazer parte da Fazenda do Senhor Diomar. À época, o Casarão-Sede da fazenda era a única benfeitoria que restara da antiga Cerâmica Santa Maria e permaneceu como residência da família de Augusta Gonçalves Nogueira e seu marido Mário Nogueira (proprietário da Cerâmica Santa Maria), que viveram no local até meados de 1950.

Na década de 1960, em consequência do crescimento econômico da capital mineira, muitos imigrantes vieram em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de emprego. Com a grande concentração populacional, que não era prevista no projeto inicial da cidade, as famílias passaram a estabelecer suas moradias nos terrenos vagos que se encontravam ao redor do perímetro urbano da cidade. Começaram a surgir pequenas vilas ao redor do Casarão, o que deu início ao surgimento do Aglomerado Santa Lúcia tal qual conhecemos (Cruz, 2009; Pereira, 2012).

Atualmente essa favela é constituída por cinco vilas. São elas: Vila Santa Rita de Cássia (Morro do Papagaio), Vila Estrela, Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Esperança (Bicão) e Vila São Bento (Vila Carrapato), sendo que, de uma forma geral, a favela está relativamente urbanizada. Nela existem creches, centro de saúde, escolas de ensino fundamental e acesso aos transportes públicos coletivos. No entanto, ainda há escassez de certos equipamentos públicos e de saneamento básico de qualidade em algumas vilas, em especial na Vila São Bento, composta por aproximadamente 84 moradias.⁷

Neste estudo identificamos algumas posições produzidas sobre as favelas em relação com

⁷ Dados do censo populacional realizado pelo Polos de Cidadania em parceria com a Associação de Moradores da Vila São Bento no ano de 2010. O objetivo deste levantamento foi traçar o perfil socioeconômico dos moradores desta vila, que é considerada a ocupação mais recente do aglomerado.

a cidade, tendo em vista as intervenções urbanísticas contemporâneas de Belo Horizonte e as remoções de pessoas relacionadas à história de constituição da cidade. A intenção é identificar os efeitos de poder produzidos por essas posições no contexto específico de BH. Neste momento, iremos relacionar os relatos presentes nas fontes analisadas, com estudos teóricos sobre as favelas. Vale lembrar que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são as que apresentam maior visibilidade e diversidade de pesquisas sobre o assunto. Esse fato demonstra que as principais discussões sobre favela estão centradas nas realidades deste eixo e, com isso, há a necessidade de construção de deslocamentos reflexivos para o melhor entendimento do contexto belorizontino.

O termo *favela* se origina durante a constituição do regime republicano no Brasil. Com o fim da Guerra de Canudos os soldados que retornaram para o Rio de Janeiro não possuíam moradia para se instalar na cidade e ocuparam o local que hoje é conhecido como o Morro da Providência. Com o passar dos anos e a negligência do Estado, o acampamento se tornou uma ocupação permanente. A palavra *favela* em suas origens evoca o local do sertão baiano onde se concentravam os seguidores de Antônio Conselheiro e, por isso, os seus moradores passaram a chamar o local onde viviam de Morro da Favela. A palavra *favela* se popularizou no Brasil e hoje é utilizada para denominar os diversos tipos de ocupações urbanas (Zaluar & Altivo, 2006).

Essa pequena explicação sobre a origem do termo se faz necessária para lembrar ao leitor desde já que a própria favela produz discurso sobre si mesma. Seguindo esse caminho, as falas realizadas nos espaços públicos de debate sobre o Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia e reproduzidas nos documentos analisados, demonstram a amplitude de interesses dos diversos atores envolvidos no processo de urbanização da cidade, as diferentes concepções de favela e de cidade em disputa e os diversos entendimentos sobre cidadania.

A definição de *favela* adotada pela ONU em reunião oficial na Cidade de Nairóbi em

outubro de 2002 é: “espaço caracterizado por um excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia” (ONU, 2002 citado por Davis, 2006, p. 33). Podemos observar que essa definição é restrita às características físicas e legais do assentamento, evitando dimensões sociais e culturais das comunidades de favela. Fica evidenciado que a ONU e muitas outras instituições privilegiam os aspectos materiais e técnicos ao olhar para as realidades das favelas. Essa visão desprivilegia os aspectos da vida humana, tais como a dinâmica cotidiana, as redes de solidariedade, a relação com as comunidades do entorno, os eventos históricos e simbólicos. Como apresentado na seção anterior, esses aspectos são importantes para a construção de uma cidade menos exclusiva e mais comprometida com os encontros humanos. Nos discursos sobre as favelas, veremos que a tensão entre uma visão mais materialista /técnica e outra mais humanista é constante.

O posicionamento sobre a ilegalidade da favela tem como pilar o caráter informal destas ocupações, ou seja, a falta de regulamentação formal. Devido a isso, o Poder Público não reconhece esses assentamentos e um dos efeitos produzidos é a negligência por parte do Estado, que historicamente dificulta ou impossibilita a transmissão de recurso para essas comunidades (Abramo, 2003).

A falta de reconhecimento formal das favelas gera uma grave insegurança em seus moradores. Eles não possuem nenhuma garantia legal sobre a posse dos terrenos onde estão suas moradias. Uma vez que os moradores de favela não são proprietários legais dos terrenos em que vivem, e, por isso, não possuem o “direito” de estar ali, essa situação de irregularidade tanto facilita e dificulta a atuação de intervenções urbanísticas nas favelas (Valença, 2008). Facilita porque a remoção das favelas e ocupações é mais “fácil” e barata se comparada com as de regiões legais da cidade. Além disso, o posicionamento sobre a ilegalidade, por meio da argumentação de inexistência do direito à posse da propriedade, fornece fundamentação

jurídica à remoção dos moradores em áreas ilegais. (Fernandes, 2008).

Por outro lado, os processos básicos de urbanização são difíceis de serem acessados pela população favelada, já que não há representação e reconhecimento das favelas nos mapas oficiais das cidades devido a sua inexistência legal. Essa situação historicamente dificultou que recursos públicos fossem destinados aos locais de favela. Sendo assim, os favelados necessitam travar lutas intensas para terem acesso a bens e serviços públicos indispensáveis para um mínimo de qualidade de vida humana.

O Aglomerado Santa Lúcia possui mais de noventa anos de ocupação e o direito à propriedade dos terrenos não é reconhecido a nenhum morador (PGE, 2003). Esse fato contribui para a negligência do Estado em relação à favela, por deslegitimarem sua ocupação, a boa-fé dos moradores, que utilizaram áreas que “não lhes pertencem” para ocupar com suas moradias.

A ilegalidade legitima intervenções do Estado que se fundamentam no argumento jurídico e desconsideram outros aspectos que marcam a vida nas vilas e favelas, como o cotidiano, as relações de solidariedade, a pertença espacial, as vinculações políticas e comunitárias.

Como exemplo de efeito do discurso da ilegalidade na relação de Belo Horizonte com as favelas, temos o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), de maio de 2009. Nesse documento, uma recomendação proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais, as companhias de abastecimento de água e luz da cidade se comprometem a não fornecerem seus serviços em regiões de favela e ocupações urbanas. Medidas como essa demonstram o quanto é violento o processo de exclusão espacial desses agrupamentos, já que pessoas sem condição de acesso à cidade legal muitas vezes são impossibilitadas de acessar serviços básicos de saneamento, que garantem um ganho substancial na qualidade de vida e na saúde.

Relatos de moradores do Aglomerado da Serra, Santa Lúcia e Morro das Pedras descrevem como parte importante de suas histórias comunitárias a luta pela conquista do

acesso a água potável. Eles se referem à chegada da água na favela como um dos eventos mais significativos e simbólicos, tendo em vista as lutas por dignidade e qualidade de vida. No Aglomerado Santa Lúcia, por exemplo, existe um grupo de teatro formado pela Casa do Beco, composto apenas por mulheres, que apresentam uma peça denominada *Entre elas*. Em uma das cenas é representada a dureza do cotidiano desta favela no período em que não havia água encanada. Apesar de atualmente a maior parte do Aglomerado Santa Lúcia ter acesso à água e à luz, ainda existem regiões (e uma vila inteira) que não possuem esses serviços básicos, devido à recomendação prevista no TAC, já mencionado.

Os posicionamentos políticos e seus efeitos são muito significativos na relação da favela com os processos de urbanização. Há um reconhecimento da organização e da capacidade de mobilização dos moradores de favela por parte do Estado e dos políticos. Historicamente, devido à ausência do Estado, os favelados necessitaram organizar-se para enfrentar seus problemas de urbanização de maneira coletiva, autônoma e auto-organizada. Como exemplos destas práticas, podemos citar os mutirões para construção de ruas, becos, centros comunitários, moradias e, até mesmo, de equipamentos públicos.

No entanto, o que ocorre é que tal capacidade de mobilização e organização é apropriada ou utilizada para interesses de políticos. É interessante observar como em determinados momentos históricos as favelas passam a ter visibilidade e são alvos de investidas por parte dessa classe. Na época de Getúlio Vargas e do populismo era explícita a aproximação do Estado com as favelas. Neste momento histórico, ocorreram várias obras de infraestrutura urbanística, além de muitos eventos culturais nas favelas (Zaluar & Altivo, 2006).

Um risco produzido por essa lógica política sobre a favela é o clientelismo. As comunidades passam a ser tratadas pela perspectiva da troca de favores. No clientelismo enxerga-se as favelas como verdadeiros currais eleitorais e as deixa a mercê do tempo e dos interesses do mundo político.

Relacionado ao clientelismo temos outro efeito oriundo da perspectiva política, que é a cooptação de lideranças da comunidade. Devido às relações estreitas ou antagônicas de algumas pessoas com Poder Público, ocorre algumas pessoas selecionadas passam a ser representantes do Estado nas favelas em vez de representar os interesses da favela no Estado (Gomes, 2011). Nos documentos analisados ficam explícitos os conflitos e tensões ligadas a cooptação. Um exemplo emblemático desta estratégia no Vila Viva Santa Lúcia é a relação da PBH com as chamadas “áreas remanescentes”, que são destinadas a projetos e equipamentos públicos. Uma liderança relatou ter sido convidada para uma reunião de portas fechadas com gestores do Vila Viva Santa Lúcia. Nesse encontro, foi-lhe ofertada a possibilidade de escolha privilegiada de uma destas áreas, caso suavizasse a postura combativa que vinha apresentando frente ao Vila Viva (Diário de campo, julho de 2013).

Durante o processo de debate do Vila Viva Santa Lúcia houve quatro reuniões específicas para tratar dos efeitos da cooptação. As pessoas envolvidas no debate público sobre as intervenções urbanísticas com posições políticas e ideológicas distintas se atacavam mutuamente e publicamente com acusações sobre possíveis favorecimentos pessoais na implementação do Vila Viva. Independentemente do conteúdo destas acusações serem reais ou caluniosas, fica evidente o efeito desarticulador causado por essa estratégias de controle do poder de mobilização dos favelados. Fato é: qualquer que seja a posição política e ideológica em relação ao Vila Viva, nas fontes utilizadas para a análise a cooptação é sinalizada pelos moradores e lideranças locais como uma prática do Poder Público que visa fragmentar e enfraquecer as vinculações de caráter coletivo acirrando os conflitos internos.

Outra perspectiva que afeta diretamente as favelas e que também atua dentro da dicotomia favela x cidade fortalecendo a constituição do “outro” é o posicionamento civilizatório sobre a favela. Devido à condição de pobreza em que muitos moradores se encontram, suas baixas escolaridades, os problemas sociais que ali existem, suas origens étnico-raciais e as atividades

laborativas que desenvolvem, os moradores de favela são vistos como pessoas desqualificadas dentro do contexto urbano. Essa visão ajuda a formar o sentimento de “eles, os moradores de favela”. Os favelados são vistos como um grupo que precisa ser “civilizado”. As pessoas ali residentes necessitam ser educadas para viver de acordo com os “padrões” da cidade, tanto em aspectos jurídicos, comportamentais e morais quanto espaciais. Ao longo dos anos, diversas políticas públicas e ações de setores organizados da cidade atuam nas favelas sob essa perspectiva (Zaluar & Altivo, 2006).

Apoiadas em um ponto de vista moral externa à realidade das favelas, algumas iniciativas tentam levar para esses espaços algo que eles não possuem, mas que deveriam ter. Podemos observar, no caso do urbanismo, a defesa da construção de novas moradias, mais dignas, para a população favelada. Nesta situação, há a desconsideração da diversidade dos modos de habitar e de condições de vida existentes dentro de uma favela. Os moradores são nivelados por baixo e colocados todos na mesma condição dos residentes que se encontram nas piores e mais degradantes situações dentro da favela.

Um observador um pouco mais atento, ao circular pelo Aglomerado Santa Lúcia, rapidamente perceberá a existência de casas localizadas em áreas de risco e em situação muito precária, mas também se confrontará com uma maioria de residências que está bem assentada, com pequenos palácios, prédios de mais de três andares compostos por apartamentos para alugar e pontos comerciais (Diário de campo, março de 2012).

Várias intervenções urbanísticas na história do Brasil privilegiam a mudança completa no modelo de habitação das favelas, retirando todas as moradias existentes e reassentando as pessoas em conjuntos habitacionais “mais adequados” para moradia. Esses projetos geralmente são produzidos de acordo com as lógicas da cidade formal e da sua perspectiva sobre a utilização dos espaços (Zaluar & Altivo, 2006).

Um dos efeitos do discurso civilizatório nas favelas é a padronização das formas de morar

e habitar. O Vila Viva Santa Lúcia considera que está fazendo um favor ao retirar os moradores de seus “casebres desorganizados e mal construídos” para, enfim, serem reassentados em locais urbanizados que reproduzem um modelo de construção mais civilizado e organizado de residir de acordo com a cidade formal.

Experiências como a Cidade de Deus e as COHABs demonstram que a construção de conjuntos habitacionais apenas acaba por transferir as pessoas de lugar. Rapidamente esses lugares são identificados pelos moradores da cidade como favelas verticais. O estigma social e moral sobre essa população se mantém quase que inalterado algumas vezes, agravado pela redução da autonomia construtiva que estas pessoas possuíam antes de serem removidas de suas casas (Zaluar, 2011).

A especulação imobiliária na realidade de Belo Horizonte não pode ser desconsiderada ao se falar dos processos e políticas públicas de urbanização, em especial aqueles das favelas onde está sendo implementado o Vila Viva. É observável que, na maioria das favelas em que essa política pública faz-se presente, já ocorreram e estão em curso diversos processos de urbanização e como as favelas estão localizadas em regiões de alto valor econômico e de grandes interesse imobiliário os conflitos emergem em complexidade e quantidade. O Aglomerado Santa Lúcia, está localizado na região Centro-Sul da cidade, a mais valorizada e privilegiada em termos imobiliários. Se analisarmos o mapa de Belo Horizonte, observaremos que a maior parte das favelas contempladas pelo Vila Viva está no interior do Anel Rodoviário, que está sendo projetado para ser a nova avenida que contorna a cidade. A experiência da favela do Cantagalo, no Rio de Janeiro, e seu processo de regularização fundiária retrata algumas tensões semelhantes produzidas pela especulação imobiliária sobre a realidade das favelas (Castro, 2011).

Um dos efeitos da especulação imobiliária nas favelas é a produção de uma cisão abissal entre os seus moradores. Os que irão permanecer no espaço tendem a se envolver menos nas

mobilizações que debatem os assuntos ligados às intervenções urbanísticas, pois entendem que, por permanecerem na favela, eles não serão prejudicados, apenas beneficiados com os ganhos financeiros e com a qualidade de vida que as obras urbanísticas trarão. Essa perspectiva pouco aparece nas fontes de dados desta pesquisa, mas não podemos deixar de apresentá-la. Esse ponto de vista valoriza apenas os aspectos materiais, desconsiderando aspectos sociais e culturais. Durante o processo de mobilização para discussão sobre o Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia foi observado que várias pessoas que participavam dos encontros e reuniões, quando descobriam que permaneceriam na favela, não mais retornavam para debater as possíveis consequências do Vila Viva para a comunidade. Outro indicador desta situação, é a inexpressiva participação de pessoas residentes em vilas que não serão afetadas diretamente pelas remoções (Diário de campo, 2012, 2013; Listas de presença, 2011, 2012, 2013).

Os atores preocupados com um desenvolvimento urbano menos excludente da cidade e com a garantia de direitos humanos fundamentais foram os mais críticos em relação aos interesses articulados entre obras de urbanização, remoção de pessoas da favela e especulação imobiliária. Podemos citar: Polos de Cidadania, DPE-MG e MPF, além de entidades do Aglomerado Santa Lúcia, líderes comunitários e moradores que se apropriaram desse discurso. O principal conflito existente é o fato de o Vila Viva Santa Lúcia intensificar o processo de exclusão espacial e remoção desta comunidade via elevação do interesse imobiliário causado pelas intervenções urbanísticas. A principal intervenção viária proposta pela PBH chegou a ser questionada em uma audiência pública dentro da comunidade, convocada pelo MPF. Foi defendida a tese de que o Vila Viva poderia estar sendo objeto de investigação por desvio de finalidade pública, uma vez suas propostas urbanísticas atenderiam a um Projeto de cidade e não de uma resposta as demandas e as necessidades do Aglomerado Santa Lúcia e principalmente das pessoas residentes nas vila mais afetadas pelas remoções.

5. Considerações finais – A resistência dos moradores frente ao Programa Vila Viva

Frente à implantação do Vila Viva Santa Lúcia, a diversidade de perspectivas e posições sobre a favela e os favelados mostra-se relevante, e não podemos deixar de sinalizar que os próprios moradores de favela produzem seus posicionamentos sobre a realidade em que vivem. Combativos e propositivos, os moradores do Aglomerado Santa Lúcia acionaram parceiros e movimentos sociais envolvidos na luta por moradia digna e por uma cidade menos excludente. O primeiro sinal efetivo de mobilização dos moradores em relação ao Vila Viva se deu no final de 2010, numa audiência pública que fez parte de um evento chamado *Quilombo do Papagaio*.⁸ A audiência ocorreu dentro do próprio aglomerado, o que possibilitou grande presença dos moradores. O debate procurou abordar de forma geral o tema da moradia. A partir da mobilização dos moradores iniciou-se uma profunda discussão acerca dos verdadeiros benefícios do Vila Viva e das lógicas e tendências urbanísticas por trás dessa intervenção.

Por mais que a resistência da comunidade tenha sido eficiente em meio ao processo de reintegração de posse, traçou-se um futuro de profunda mudança para os moradores. Indenizados ou reassentados nos “predinhos”⁹, os moradores serão obrigados a modificar seu estilo de vida e correm o risco de verem rompidos seus laços sociais. Além da quebra da rede de solidariedade, os moradores também alertam sobre a possibilidade de serem privados das condições de vida que encontram morando no Aglomerado Santa Lúcia. A participação e a mobilização dos moradores na busca por seus direitos e pela possibilidade de interferirem na dinâmica de atuação do Vila Viva, tendo em vista suas demandas e necessidade, fez-se necessária.

⁸ Iniciativa de moradores e apoiadores do Aglomerado Santa Lúcia, ou Morro do Papagaio. Nasceu em 2000, com uma proposta de discussão dos problemas sociais existentes na região, principalmente em prol de uma cultura de paz.

⁹ Conjunto habitacional vertical produzido pela PBH para o reassentamento de famílias removidas por obras de intervenção urbanística ou por risco geológico ou elétrico. Essas construções foram apelidadas de “predinhos” pelos moradores do Aglomerado Santa Lúcia.

Esta movimentação e mobilização dentro da favela mostrou-se singular e de intensidade distinta das de outras localidades, alvos da mesma política pública na Cidade de Belo Horizonte. O processo de organização, mobilização, negociação, argumentação e luta levou a significativos ganhos para os moradores e para a favela, entre eles, a garantia de remoção das famílias apenas quando as unidades habitacionais estivessem prontas. Outra negociação importante foi a não remoção das famílias em área de risco elétrico. O problema de risco elétrico será solucionado por meio de uma rede subterrânea que será construída e que poupará a remoção de mais de trezentas famílias, mas não se materializa nunca. Essa sugestão e inclusão no projeto foi apresentada por um morador local.

Outro ponto de destaque foi o envolvimento peculiar de vários agentes e entidades do Poder Público nas discussões sobre os conflitos vividos no Aglomerado Santa Lúcia, produzindo visibilidades sobre as violações de direitos existentes no Vila Viva. Entre esses agentes e entidades, estão: Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades, MPF, PBH, URBEL, CONEX, DPE-MG, associações de vilas e bairros das comunidades do entorno, líderes comunitários, entidades que desenvolvem diversos trabalhos na região, movimentos sociais e moradores. Esse fato diferencia as experiências vividas no Aglomerado Santa Lúcia das de outras favelas da cidade, que também receberam o Vila Viva, e sinaliza para uma enormidade vidas invisibilizadas nesse processo.

Por fim, mesmo com todos os avanços e reflexões produzidas no processo de implementação do Vila Viva Santa Lúcia, apontamos o despreparo do Poder Público em relação a participação popular em suas políticas urbanísticas. É notório no processo de diálogo que críticas, reflexões e problematizações presentes nos discursos da população gerem, como efeito, nos agentes públicos uma postura reativa e adversarial que pouco contribui para o aprimoramento da intervenção urbanística. Essa situação coloca a favela no campo do “outro”, fortalecendo ainda mais processos de exclusão material e simbólica.

6. Referências Bibliográficas:

- Abramo, P. (Org.). (2003). *A cidade da informalidade: O desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Alberti, L. B. & Portoghesi, P. (1966). *L'architettura: de reaedificatoria* (Trattati di Architettura, Vol. 1). Milano: Il Polifilo.
- Brandão, C. A. L. (Org.). (2006). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEAT.
- Brandenberger, F. (2001). Plano Global Específico: Um instrumento de planejamento urbano de assentamentos subnormais. Obtido em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=44452&chPlc=44452>
- Castro, P. R. (Org.). (2011). *Galo cantou! A conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo*. Rio de Janeiro: Record.
- Costa, A. C. S. da & Arguelhes, D. de O. (2008). A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. *Universitas Humanas*, 5(1-2), 109-137. Obtido em <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/universitashumanas/article/view/878/612>
- Cruz, M. (2009). *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito.
- Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- Fernandes, E. (Org.). (2001). *Direito Urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Gomes, J. L. (2011). *Condições de vida no passado, conquistas do presente: A luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Obtido em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15729/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Juvenal%20Lima%20Gomes.pdf>
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space* (D. Nicholson-Smith, trad.). Oxford, OX; Cambridge, MA: Blackwell.
- Lefebvre, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro.
- Mayorga, C. (Org.). (2010). *Universidade cindida, universidade em conexão: Ensaio sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Pereira, J. A. (2012). *O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Nova BH* (Cartilha). (s.d). Obtida em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=cartilhanovabh.pdf> em dezembro de 2013

Santos, M. (1976). Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido. In: *Seleção de textos* 1. Obtido em http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/Relacoes-espao-temporais-nomundsubdesenvolvido_MiltonSantos1976SITE.pdf

Valença, M. M. (Org.). (2008). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Viana, M. T & Polos de Cidadania. (2011). *Os efeitos do Vila Viva Serra na condição sócio econômica dos moradores* (Relatório de pesquisa do CNPq). Manuscrito não publicado.

Zaluar, A. & Altivo, M. (Orgs.). (2006). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ARTIGO 2

SEM LUGAR: VOZES DE MULHERES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE REMOÇÃO NO AGLOMERADO SANTA LÚCIA

Resumo

O presente artigo visa apresentar vozes de mulheres residentes no Aglomerado Santa Lúcia (BH-MG) que estão vivenciando o processo de remoção de suas casas devido à intervenção de reurbanização de vilas e favelas denominada Programa Vila Viva. Buscar formas de visibilizar essas experiências invisibilizadas, excluídas e subalternizadas, mostra-se relevante tendo em vista as relações e tensões existentes dentro do feminismo e na dicotômica cidade x favela, que colocam essas mulheres sistematicamente na posição de “outras”. Discutiremos por meio destas vozes a apropriação e a representação do espaço vivenciado por elas na favela, bem como as relações de gênero no espaço público da comunidade em meio a discussões sobre as obras, além das violências nomeadas por essas mulheres durante esse doloroso processo. Pretende-se problematizar os efeitos da exclusão das teorizações de gênero no pensamento e nas práticas urbanísticas, responsáveis por produzirem atravessamentos de poder, subalternização e exclusão na experiência das mulheres faveladas.

Palavras-chave: mulheres; favela; urbanismos; feminismo; invisibilidade

Abstract

The following paper intends to present the multiple voices of the women that live in the Aglomerado Santa Lúcia (Belo Horizonte, MG) and which are living the housing removal process due to the intervention of the Programa Vila Viva in villages and *favelas*. It seeks to reveal this invisible, excluded and subaltern experiences in the feminist theories and the relation of opposite between the formal city and the *favela*, and because of that those women are the *alters*. Will discuss through these voices the concept of appropriation and representation of space experienced by them in the *favelas*, the gender relationships in the public space of the community throughout the debates about the intervention, moreover the violence that they suffer through this painful process. It also intends to discuss the effects of the gender theories exclusion in the minds and in the urban planning, that are responsible to produce crossing powers, to create and increase the subaltern condition and to exclude the experiences of women from the *favelas*.

Key-words: women; favela; urbanism; feminism; invisibility

Resumen

El presente trabajo se propone presentar las múltiples voces de las mujeres que viven en el Aglomerado Santa Lucia (Belo Horizonte, MG) y que están viviendo el proceso de eliminación de la vivienda debido a la intervención del Programa Vila Viva en pueblos y *favelas*. Se busca revelar estas invisibles, excluidas y subalternas experiencias en las teorías feministas y la relación de inversa entre la ciudad formal y la *favela*, a causa de que las mujeres son las alteras. Vamos a discutir por estas voces el Concepto de apropiación y representación del espacio en el que viven en las *favelas*, las relaciones de género en el espacio público de la comunidad entre los debates acerca de la intervención, además de la violencia que sufren mientras este doloroso proceso. También tiene la intención de discutir los efectos de la exclusión de teorías de género en la mente y en la planificación urbana, que son responsables de producir poderes de cruce, a crear y aumentar la condición subalterna y excluir las experiencias de las mujeres de las favelas.

Palabras clave: mujeres; favela; urbanismo; feminismo; invisibilidad

1. Introdução

Desde 2010 tem sido implementada na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, uma política de cunho urbanístico e habitacional denominada Programa Vila Viva¹⁶, que vem realizando intervenções em áreas consideradas de favela ou de vulnerabilidade social. Entre as diversas comunidades contempladas, está o Aglomerado Santa Lúcia¹⁷, localizado na região Centro-Sul da Cidade. Este artigo tem como campo de investigações as experiências do processo de implementação dessa política pública vividas por mulheres que serão removidas de suas moradias no aglomerado.

Tomaremos como centrais para esta reflexão as vozes dessas mulheres, que relatam as dinâmicas, os dilemas, as opressões, as expectativas, as contradições e as ambiguidades vivenciadas em relação à moradia em favelas, na busca por compreender e evidenciar quais projetos de sociedade, cidade e moradia são formulados por essa parcela da população.

A análise das vozes produzidas por mulheres em processo de remoção de suas casas visa contribuir para o entendimento da condição social das mulheres faveladas inseridas na lógica da moradia irregular na Cidade de Belo Horizonte e ao mesmo tempo vislumbra um campo de possibilidades de resistências desse grupo social frente às questões cotidianamente vivenciadas por elas após o anúncio da demolição de suas residências. Tomar as experiências de remoção das mulheres faveladas como problema de pesquisa, é se perguntar sobre a própria possibilidade de democratização das relações sociais e de construção participativa da

¹⁶ O Programa Vila Viva é uma Política Pública de intervenção urbanística destinada a eliminação de áreas de risco, reurbanização e construção de moradias em áreas consideradas de favela. Concebida e executada pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Vila Viva é financiado por recursos federais provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento, via Ministério das Cidades. São realizadas intervenções em quatro eixos principais: social, urbanístico, habitacional e de regularização fundiária. Mais informações disponíveis em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=eptTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0& (2013, dezembro)

¹⁷ O Aglomerado Santa Lúcia atualmente é constituído por cinco vilas. São elas: Vila Santa Rita de Cássia (Morro do Papagaio), Vila Estrela, Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Esperança (Bicão) e Vila São Bento (Vila Carrapato), sendo que, de uma forma geral, a favela está relativamente urbanizada. Nela existem creches, centro de saúde, escolas de ensino fundamental e acesso aos transportes públicos coletivos. No entanto, ainda há escassez de certos equipamentos públicos e saneamento básico de qualidade em algumas vilas, em especial, na Vila São Bento (Vila Carrapato) e Vila Esperança (Bicão). Segundo o Plano Global Específico, amplo estudo de aspectos socioeconômico e estruturais da favela finalizado pela Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2003, a população do Aglomerado era de 16.914 habitantes

cidade, tendo em vista que as discussões de gênero nas áreas da arquitetura e do urbanismo são praticamente inexistentes ou tratadas de maneira indireta (Gonzaga, 2011).

Como mediador de conflitos do Programa Polos de Cidadania¹⁸ fui convidado a participar do processo de discussão e implementação do Vila Viva Santa Lúcia. Dentro desta rede, observei a notória atuação e articulação de mulheres em diferentes papéis, funções públicas e lutas políticas. No Aglomerado Santa Lúcia, encontramos mulheres que são representantes da comunidade no Conselho Municipal de Habitação, presidentes e integrantes do Centro de Referência da Área de Risco, presidentes das Associações de Bairro da Vila Santa Rita de Cássia e Estrela, mobilizadoras e líderes comunitárias da Vila São Bento, referências religiosas, políticas e acadêmicas, como no caso da Vila da Esperança e Barragem, além de outras tantas mulheres que são tidas como referências informais e históricas e que emergem de todas as vilas dentro da comunidade, como descrevem Cruz (2009) e Pereira (2012), pesquisadoras oriundas desta favela.

A aproximação das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia, possibilitada por meio da experiência de mediador de conflitos, gerou-me questionamentos, debates e reflexões sobre a condição dessas mulheres em processo de remoção, possibilitou-me a articulando e referenciado nas perspectivas feministas, nos estudos de Gênero e nas teorias do urbanismo. Esses diálogos foram centrais no desenvolvimento desta pesquisa de mestrado e na participação junto ao Núcleo Conexões de Saberes (CONEX).¹⁹

A perspectiva feminista permitiu a construção de novos olhares e outras lentes para uma análise de um senso realizado pelo Polos Santa Lúcia no ano de 2010. O levantamento pretendia diagnosticar a realidade socioeconômica da Vila São Bento, que é a ocupação mais

¹⁸ Polos de Cidadania é um programa interinstitucional voltado para a efetivação dos Direitos Humanos. Criado em 1995 na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Polos trabalha pela construção de cidadania, valendo-se do teatro, da denúncia, da mediação de conflitos em favelas e da luta por moradia e trabalho (Viana, 2011).

¹⁹ O Núcleo Conexões de Saberes da UFMG desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com objetivo de analisar os elementos psicossociais e psicopolíticos que constituem a desigualdade social brasileira, bem como as formas individuais e coletivas para seu enfrentamento (Mayorga, 2010).

recente e precária dentro do Aglomerado Santa Lúcia. Essa iniciativa surgiu da luta e da demanda dos moradores por reconhecimento histórico, político e social dessa vila, tendo em vista seu eminente desaparecimento da cidade, por consequência das intervenções do Vila Viva Santa Lúcia. Neste estudo, foram aplicados questionários em 74 moradias, de um total de 81 reconhecidas pelos moradores como pertencentes à vila. O intuito de tal consulta foi sistematizar e registrar aspectos da condição socioeconômica do local, tais como o acesso aos equipamentos públicos, à moradia, à mobilidade, ao trabalho e à renda, à rede de apoio e à coesão enquanto comunidade. As novas lentes permitiram deslocamentos no olhar ao analisarmos os mesmos dados coletados através da perspectiva das desigualdades de gênero. De maneira simples, iniciei cruzando algumas informações presentes no questionário com a categoria sexo feminino. Alguns indícios apareceram. Ganhei fôlego e testei outras possibilidades.

Identifiquei que 52% dos lares da Vila São Bento eram habitados por mulheres chefe de família. Mais da metade da população total, 66%, eram crianças e adolescentes. Relacionando esses dados podemos inferir que as crianças, os adolescentes e as mulheres são os atores relevantes neste contexto. Muitas mulheres que se declaravam proprietárias de seus imóveis haviam comprado sua casa, enquanto os homens que se declaravam proprietários haviam construído sua residência. A maior parte dos contratos de aluguel existentes possuía mulheres como locatárias, representando 72% deste total, para ser mais exato. Vale lembrar que quem está na situação de aluguel se aproxima da condição de sem teto, já que a política pública municipal de moradia não prevê e nem garante qualquer direito a essas pessoas, caso o imóvel em que vivem seja removido. As desigualdades de gênero nas favelas cariocas são similares às encontradas na Vila São Bento, onde existe grande quantidade de mulheres chefes de família vivendo justamente nas regiões mais precárias das favelas (Tavares, 2012).

As invisibilidades produzidas sobre as experiências de remoção, bem como as histórias de

ocupação e luta pelo espaço urbano são elementos importantes da história da Cidade de Belo Horizonte, das favelas e dos grupos historicamente excluídos delas. Considero importante compreender essa “outra história”, vivenciada em contrapartida àquela dos discursos hegemônicos, em relação constante de conflitos e trocas, mas longe da história valorizada e disseminada. Na perspectiva histórica hegemônica, Belo Horizonte é uma capital planejada, moderna e modelo da arquitetura modernista brasileira, porém, a cidade esconde o deslocamento forçado de pessoas desde a sua concepção e processo de edificação. Dentro do guarda-chuva da invisibilidade estão as faveladas que podem ter sua situação de vida precarizada ou afetada negativamente pelo tipo de urbanismo higienista praticado em Belo Horizonte desde o início de sua construção (Arguelhes e Costa, 2008).

Conhecendo esses fatores e peculiaridades, acredito que visibilizar as experiências de remoção a partir da perspectiva e das vozes das próprias mulheres envolvidas no Vila Viva Santa Lúcia pode ampliar e aprofundar a compreensão sobre os deslocamentos urbanos, frequentes na história e na realidade das cidades atuais. Esta pesquisa também se mostra relevante para o entendimento das relações de poder que se manifestam por meio do urbanismo moderno e que atingem diretamente aspectos importantes da vida cotidiana das moradoras de favela, em especial na Cidade de Belo Horizonte, visto que seu modelo arquitetônico modernista é inspirado em um modelo de “Homem” ligado à concepção totalizadora da racionalidade e dos valores universais da razão, que impõe privilégios de raça, sexo e classe (Tavares, 2012).

O cenário e as relações políticas na favela apresentam características próprias, que são responsáveis por produzir invisibilidades e visibilidades sobre as experiências das mulheres faveladas. A “burguesia favelada”, formada por uma elite econômica, cultural e política de dentro das favelas, assume o papel de mediadora entre a comunidade, o Estado e instituições externas a ela, através de sua atuação política, em especial às Associações de Moradores.

Nesse sentido, a “burguesia favelada” seria responsável por produzir e (re)produzir invisibilidades e lógicas de dominação nas relações com os estratos inferiores da favela, entre eles, as mulheres. Por outro lado, se os membros da “burguesia favelada” possuem visibilidade interna, fora dela assumem a posição de estrato inferior, tendo em vista a relação com a cidade, que possui uma visão homogênea da realidade da favela e de sua pobreza (Silva, 2011). Nesta reflexão, fica evidente a pluralidade de posições e relações de poder existentes nas favelas e em sua dinâmica com a cidade. Essa situação atravessa a experiência de remoção das mulheres participantes desta pesquisa, uma vez que elas são bastante atuantes na construção da comunidade onde vivem, embora isso não tenha se traduzido em reconhecimento, o que demonstra o papel estrutural da invisibilização da experiência das mulheres faveladas. Segundo Spivak (2010), em seus estudos sobre subalternidade, grupos dominados, subjugados e excluídos possuem dificuldades e impossibilidades no registro de suas histórias e, por isso, estão fadados à posição subalterna, uma vez que não possuem direito ao passado e, por consequência, suas raízes culturais são sobrepostas por modelos dominantes de interpretação e leitura de mundo.

Como dito anteriormente, o recorte desta pesquisa são as experiências das mulheres que serão removidas de sua residência no Aglomerado Santa Lúcia. No caso das participantes, existe uma articulação entre questões de gênero, raça, classe e o modelo urbanístico descrito. Ao lançar luz sobre essa articulação podemos identificar mecanismos específicos que produzem efeitos de invisibilidade, exclusão e subalternização, não permitindo às mulheres em processo de remoção o acesso à condição plena de cidadãs, reduzindo sua autonomia e suas possibilidades de transformação social. É importante entender como essas articulações de poder se dão, como agem e se manifestam sobre a vida dessas mulheres, bem como, que tipos de “resistência” ou reposicionamento elas produzem a partir dessas experiências. Por fim, esta pesquisa busca complexificar e “historicizar”, por meio da experiência das mulheres

removidas e de suas vozes, questões relativas ao contexto social e simbólico das mulheres da comunidade do Aglomerado Santa Lúcia e, por consequência, das favelas da Cidade de Belo Horizonte. Este exercício pode potencializar qualitativamente as várias tentativas de ampliar as vozes mulheres nas lutas por moradia e acesso à cidade. Viso contribuir para o entendimento dos mecanismos que reproduzem a subalternidade, produzem violências impostas às mulheres faveladas do Aglomerado Santa Lúcia e a muitas outras em situações semelhantes de privação e não reconhecimento de Direitos.

2. As Mulheres da Favela

Ao falar sobre *mulher* temos que nos posicionar e explicitar o nosso entendimento e perspectiva sobre esse conceito constantemente debatido dentro do feminismo. Não estamos adotando uma visão estática e homogeneizante da mulher. Ressaltamos a importância das discussões realizadas por Pateman (1993) sobre o Contrato Original e as teorias contratualistas de criação do Estado e das normas que regulam a sociedade moderna. O argumento de que exclusão e invisibilidade sobre o Contrato Sexual, efeito do patriarcado, tem por consequência a exclusão da história de metade do mundo ocidental, ou seja, as mulheres, é muito pertinente; porém, a questão que nos vale neste estudo é o fato de a autora e outras pensadoras do feminismo característico da chamada segunda onda do feminismo considerarem *mulher* como uma categoria universal, sem problematizarem essa perspectiva fortemente referenciada em padrões eurocêntricos de sociedade e do “ser mulher” no mundo.

Assim, adotamos a perspectiva e o posicionamento de Spivak (2010) e Anzaldúa (2005) sobre o feminismo europeu e estadunidense. Consideramos a diversidade de mulheres e a pluralidade de contextos nos quais elas estão inseridas, fatos que nos levam a pensar nas invisibilidades e relações de poder produzidas dentro da teoria feminista. Ao trabalharmos com mulheres em situação de remoção, estamos lidando com uma realidade terceiro-mundista, pós-colonial e inserida no contexto de exclusão no capitalismo globalizado. Os

estudos sobre subalternidade nos permitem possibilidades analíticas que nos levam à reflexão sobre as diversas posições das mulheres dentro da própria teorização feminista, que, por sua vez, também produz efeitos de poder e reprodução de invisibilidades, exclusões e subalternizações. Como exemplo destes efeitos, temos as emergências das categorias “colonialismo”, “racismo” e “política heterossexual” como categorias de análise dentro do feminismo. Elas interpelam o conceito de gênero, criando novos deslocamentos, revelando invisibilidades, opressões e efeitos de poder das mulheres sobre as mulheres (Mayorga, Coura, Miralles e Cunha, 2013)

Hooks (1995), ao falar das intelectuais negras nos Estados Unidos, expõe por meio de sua experiência, reflexões e diálogos teóricos, as diversas formas de invisibilidade, exclusão e subalternidade que esse grupo de mulheres vive na sociedade norte-americana, dentro e fora do ambiente acadêmico e intelectual. Ela nos leva a refletir sobre a diversidade do feminismo, ou melhor, das mulheres. Carneiro (2003; 2011) fará críticas semelhantes no contexto brasileiro. Fica evidente que as diferentes realidades e contextos vividos pelas diversas mulheres no mundo acabam por criar subjetividades, concepções, identidades e normatizações que hoje se encontram em tensão, tendo em vistas a pluralidade de lutas, posições políticas, opressões, exclusões e reproduções de lógicas de poder que operam dentro dos mais diversos contextos. Sendo assim, falar quem são as mulheres que estamos interpelando e de quais atravessamentos presentes nessas experiências se faz necessário para a compreensão das especificidades das mulheres em processo de remoção no Aglomerado Santa Lúcia.

A crítica pós-colonial feita por Curiel (2007) ao feminismo característico da segunda onda nos ajuda a entender a posição de subordinação e invisibilidade em que algumas mulheres se encontram dentro da própria teoria feminista e a importância destas experiências nas discussões e práticas políticas feministas, revelando conflitos, tensões invisibilidades e relações de poder dentro do feminismo:

“Descolonizar entonces supone entender la complejidad de relaciones y subordinaciones que se ejercen sobre aquellos/as considerados “otros”. El Black Feminism, el Feminismo Chicano y el Feminismo Afro e indígena en Latinoamérica son propuestas que complejizan el entramado de poder en las sociedades poscoloniales, articulando categorías como la raza, la clase, el sexo y la sexualidad desde las prácticas políticas donde han emergido interesantes teorías no sólo en el feminismo sino en las ciencias sociales en su conjunto. (Curiel, 2007, p. 100)

Os “outros” e a complexidade das relações e subordinações que são exercidas sobre eles, como apresentados por Curiel (2007) e Spivak (2010) sobre o subalterno dialogam com nosso objeto de pesquisa, uma vez que as mulheres participantes desta pesquisa são “as outras”, as “subalternas” nas relações dentro do feminismo, por estarem inseridas em um contexto terceiro-mundista no qual as possibilidades de narrar a própria história foi impossibilitada e/ou dificultada não somente pela relação colonial, como também pela pós-colonial. Em outro sentido, as mulheres entrevistadas podem ser vistas como “outras” se considerarmos o atravessamento de raça referido por Hooks (1995) ao analisar experiência de ser mulher negra ou de cor e seus efeitos subjetivos e considerando que a maioria das mulheres entrevistadas é negra ou parda. Por fim, temos a exclusão espacial e territorial vivenciada pelas faveladas na realidade brasileira, ponto essencial para esta reflexão, que, novamente, coloca as mulheres em processo de remoção na posição de “outras”, dessa vez na relação de dicotomia cidade x favela. (Zaluar e Altivo, 2006). É na tentativa de dar voz a esta “outra”, subalternizada, silenciada, que nos dedicamos a esta análise.

3. Metodologia

As vozes que compõem esta pesquisa são de oito mulheres de idades que variam entre 28 e 72 anos, residentes no Aglomerado Santa Lúcia. Elas possuem escolaridades distintas, as duas mais novas possuem ensino superior completo, enquanto outras duas possuem ensino médio completo e as restantes estão divididas em graus de escolaridade menores, sendo que todas são alfabetizadas. As entrevistadas são residentes das Vilas São Bento ou Esperança, moram há mais de dois anos em suas comunidades e participaram diretamente do processo de

mobilização e da rede de debate sobre os efeitos das obras de implantação do Vila Viva (ambas as vilas serão completamente removidas pelas intervenções urbanísticas do programa). A escolha por mulheres com experiências de participação em espaços públicos de debate se deu devido as invisibilidades e relações de poder existentes nas relações dissimétricas entre homens e mulheres na atuação pública (Gonçalves. 2009). Outro motivo para a escolha destas mulheres foi o interesse nos discursos produzidos e sistematizados por elas durante o engajamento nos debates.

Ao apresentarmos as vozes das mulheres que serão removidas do Aglomerado Santa Lúcia sobre como elas estabeleceram suas moradias na favela, estamos tentando, por meio da “historização” (Spivak, 2010) da vida delas, localizar quais elementos são transversais nestas experiências. Pudemos observar, por exemplo, que a migração para Belo Horizonte é uma realidade presente nas histórias de vida. Apenas uma entrevistada nasceu na comunidade, todas as outras vieram de cidades do interior de Minas Gerais. Outros elementos centrais nos relatos são: o trabalho, a família e a exclusão socioeconômica.

“Moro aqui desde a idade dos sete anos, cheguei aqui com sete anos, estudei, trabalhei, casei, tive meus filhos todos aqui, separei e continuo aqui. Vi o São Bento, o São Bento cresceu junto comigo. O São Bento, o Santa Lúcia, tudo cresceu junto comigo, o Belvedere também”. (Xica da Silva, 58 anos).

“Casa para morar e trabalho que era muito difícil para minha família. Eu e minha mãe e meus irmãos nós catava mamona, o tempo todo no Bairro São Bento afora, para minha mãe fazer o azeite de mamona para vender para nós sobreviver. Nós morávamos numa casinha de madeirite caindo aos pedaços, cheio de escorpião, barata, carangueira, jacaré, um monte de coisa; metade barranco e metade chão. Cimento na nossa casa não tinha, isso aqui na nossa casa não tinha, se fosse era luxo. Era uma casinha com chão de barro, para ficar lisinho, bonitinho, com, passando bosta de boi no chão para ficar lisinho, bonitinho, com barro branco.” (Maria de Jesus Silva, 53 anos)

“Tanto que eu me considero aqui a minha terra natal, que eu vim de lá para cá muito pequena, sem saber de nada. Quer dizer, praticamente eu cresci aqui, eu cresci aqui. Então o meu cérebro praticamente foi abrindo, evoluindo aqui, de tudo que eu presenciei na minha vida foi aqui. Eu não tenho tanta lembrança lá do interior, mas daqui eu tenho.” (Ruth Souza, 39 anos).

Os relatos acima são de mulheres que vieram para a comunidade ainda crianças e que participaram diretamente do processo de crescimento do Aglomerado Santa Lúcia, que teve

sua maior expansão a partir da década de 1970 (Pereira, 2012). Elas são todas residentes da Vila Esperança, hoje em condições de urbanização menos precárias que a Vila São Bento, de ocupação mais recente.

“Eu venho de Teófilo Otoni, cheguei aqui e morei no Morro do Papagaio nove anos; pagava aluguel. Foi assim, aí que eu vim parar aqui. Na época um amigo tinha um barraco aqui, aí ele vendeu mais barato pra mim.” (Carolina Maria de Jesus, 43 anos).

“Eu vim do interior, eu não conhecia o aglomerado, nunca tia ido. Aí eu comecei a namorar com o Chicão, ele morava lá há muitos anos, aí eu comecei a frequentar lá a casa da minha sogra, aí casei e fui morar lá; isso vai fazer três anos agora no final do ano que eu moro lá...” (Jurema Batista Maciel, 28 anos).

É observável que todas as mulheres, de maneira direta ou indireta, falam da conquista da moradia como um momento significativo em suas histórias e um marcador importante em suas vidas.

As vozes das mulheres sobre o processo de remoção de suas residências foram produzidas durante as entrevistas semi-estruturadas (Flick, 2004), em seguida adotamos a Análise de Conteúdo como procedimento de tratamento dos dados (Bauer, 2002). Ao adotarmos o feminismo como referencial teórico e metodológico foi importante fazer uso da reflexividade, do posicionamento e da crítica e também autocrítica para analisar as posições de fala, as relações de poder, opressão e reprodução de dominação que perpassaram essa investigação. Acreditamos que no posicionamento e na parcialidade explícita reside o potencial para se atingir a objetividade (Haraway, 1995).

Os contatos para a realização das entrevistas foram realizados tendo em vista a participação registrada em listas de presença nas reuniões sobre o Programa Vila Viva Santa Lúcia que ocorreram na comunidade no período entre outubro de 2010 e dezembro de 2013. Na comunidade, durante esse intervalo de tempo, houve mais de sessenta reuniões tendo como tema o Vila Viva Santa Lúcia. Esses encontros tiveram finalidades e objetivos distintos, dentre os quais podemos citar como exemplos: reuniões com gestores da política pública, reuniões internas de mobilização e debate comunitários e audiências públicas convocadas por

entidades externas.

No total, foram feitos doze convites, dos quais quatro foram recusados. Entre os motivos para as recusas o principal foi o medo de retaliação política por parte dos gestores da política pública em questão. Existe um desconforto por parte de algumas mulheres ao falar do Vila Viva, consequência do receio de serem prejudicadas no momento do cálculo da indenização ou de sofrerem interferências nas possibilidades de escolha das unidades habitacionais, situação que se agrava tendo em vista a atuação política de resistência às obras que essas mulheres assumiram durante o processo de discussão do Vila Viva Santa Lúcia. Outras recusas foram de lideranças institucionais que justificaram estarem desgastadas com toda a discussão sobre as obras e com os conflitos produzidos nas relações e vínculos internos da comunidade.

Antes das entrevistas houve a leitura do termo de consentimento, no qual foi apresentado para as participantes o tema da pesquisa, os objetivos, os métodos e a forma de registro. Foi explicitado que o material registrado durante as entrevistas seria utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e que o anonimato seria garantido, de acordo com os princípios éticos. Oferecemos às entrevistadas a possibilidade de registro da entrevista em vídeo. A finalidade era retornar esse material de acesso mais palatável da experiência da entrevista juntamente com o produto acadêmico. Acreditamos que estas seriam formas de retorno que juntas, tendo em vista a história individual da entrevistada, poderiam ter efeitos “historicizadores” destas vozes. Os nomes fictícios escolhidos para substituírem as reais identidades das participantes da pesquisa foram os de escritoras negras brasileiras.²⁰

A escolha por assumir uma posição feminista me leva a realizar reflexões sobre minha condição de pesquisador, homem e não residente de favela e os efeitos deste suposto saber, deste corpo e desta origem nas relações com as mulheres entrevistadas. Ao mesmo tempo em

²⁰ O objetivo é estimular a curiosidade do leitor sobre a produção literária, artística e política de mulheres negras brasileiras.

que ocupava estas posições de poder e privilégio minha inserção diária de quatro anos no Aglomerado Santa Lúcia e meu intenso envolvimento nos debates sobre o Vila Viva Santa Lúcia me legitimavam e me aproximavam da experiência destas mulheres, permitindo a execução deste trabalho.

A “experiência” sempre foi cara ao feminismo, uma vez que foi a partir dela que as mulheres passaram a se organizar e a questionar processos de opressão e exclusão e de relações de poder. Neste sentido, tornar visíveis os efeitos de poder e naturalização de opressões, exclusões e violências sobre as experiências das mulheres removidas me faz assumir a “experiência” como uma referência central para as análises (Scott, 1990).

As categorias utilizadas para analisar as falas foram: “Apropriação e representação do espaço”, “Espaço público e relações de gênero” e “Violências percebidas pelas mulheres no processo de remoção”. Nas análises dos dados as categorias serão definidas e relacionadas às vozes das mulheres presentes nas entrevistas.

4. Apropriação e Representação do Espaço

Nesta categoria, relacionaremos as vozes das mulheres tendo como perspectiva a dicotomia favela x cidade. Dentro deste pensamento dual a favela é construída como sendo o “outro” em relação à cidade, por isso seus moradores são alvos de desqualificações, preconceitos e invisibilizações. (Zaluar e Altivo, 2006).

“[Nesse tempo que você mora lá (Vila São Esperança) você já sofreu algum tipo de discriminação por morar em região de comunidade, de favela, que você perceba?] Não, nunca sofri não. Só se for pelas minhas costas. Não, assim, questão de preconceito algumas pessoas assim: “ah, não vou, eu tenho medo de ir”. Tem pessoas que eu não chamo para ir para a minha casa porque já falaram que não vai. Talvez não comigo, mas é uma forma de... cada um também pensa de um jeito; às vezes não é preconceito, às vezes é o medo mesmo, sei lá... assim, eu quando vim para cá eu tinha mesmo era curiosidade de conhecer, de ir lá para ver como é. Tem gente que não, não vai, não conhece e já julga, mas, assim, de falar: “você mora na favela”, mas tem gente que eu não chamo para ir na minha casa porque eu sei ou que tem preconceito ou tem medo.” (Jurema Batista Maciel, 28 anos)

“Eu já, já, já lidei muito com isso de chegar no trabalho e ter muitas amigas e chamar para vir na sua casa, na hora de falar onde é que você mora, ninguém não vai porque é favela. Teve muito isso comigo também. “Ah, mas você mora bem lá no meio lá”, “Não, eu moro bem cá embaixo”, Ah não, mas é favela do mesmo jeito”. Isso aí para mim é

discriminação. Eu trabalhava no Othon há muitos anos atrás, aí era final de ano, aí fizemos uma turminha para poder vir fazer o amigo oculto na minha casa, ninguém quis vir, ninguém veio. E a gente tinha todo mundo oportunidade de vir para cá, tanto que eu era a chefe deles, a chefe de cozinha deles; aí eu preferi que viesse para cá porque aí juntava a minha família, porque os meus colegas quando um tinha família, não tinha casa; aquele que não tinha casa, ficava para as casas dos outros, para lá e para cá, hoje eu estou aqui, amanhã eu estou no fulano, amanhã eu estou na casa de minha mãe. Então vamos juntar todo mundo e vamos fazer uma família só na minha casa, mas quando falou que era na favela ninguém quis, ninguém. Aí acabou a gente fazendo lá mesmo, na cozinha do Othon. Foi até legal.” (Xica da Silva, 58 anos)

Porém se, a relação favela x cidade é responsável por tais exclusões, relações de poder e subalternidades, também produz (re)significações, apropriações e novas subjetividades fundadas em valores distintos do da cidade formal.

“Não, eu nem sofri nenhum assim porque... até mesmo porque quem for falar alguma coisa da vila, da favela, está perdendo tempo, porque, tipo assim, eu sou uma pessoa que não posso nem falar da favela porque para mim a favela é o melhor lugar de se viver, e se você vive em uma favela e não souber viver nela, você não precisa morar em lugar nenhum porque em lugar nenhum você vai viver bem, porque não é a favela que traz o seu atraso, que vai te modificar; a favela vai te ensinar a você viver assim. Mas se você, vendo o sofrimento dos outros e, às vezes, tentando ajudar, e ali você pode ajudar em qualquer lugar, você pode ajudar em lugar carente, você pode ajudar também em outros lugares. Para mim eu não me sinto discriminada se os outros falarem para mim onde eu moro: “ah, mas você mora naquele lugar? Por quê?”. “Não, eu amo aquele lugar”. Discriminação tem na cabeça de quem não aceita o que é. Eu não, eu não nasci favelada, mas eu aceito ser favelada e eu amo a favela. Então, para mim eles não estão me discriminando. Se a pessoa chegar e falar que está me discriminando, eles estão me elogiando, eu amo esse lugar, eu amo, eu não nasci aqui, mas eu não quero voltar para o interior onde eu nasci, eu me considero como se eu tivesse nascido aqui, eu gosto daqui.” (Maria de Jesus Silva, 53 anos)

No Aglomerado Santa Lúcia as mulheres relatam a importância do espaço da “rua” para as relações, dinâmicas e do cotidiano na favela. Essa apropriação da rua pela favela é distinta da cidade. que entende a rua como o espaço do “outro”.

“Eu acho muito importante, eu acho importante demais, é muito bom! Quando você levanta cedo e está saindo, você olha e fala “bom dia, bom dia, bom dia”. Isso é legal. Às vezes você está meio esmorecido e até que você chega no lugar você já está animado de tanto dar bom-dia para todo mundo e todo mundo responder “bom dia”; estar sorrindo, estar bem. E olhando até pro lado dos problemas, porque se tem um problema assim, você “ai, meu Deus, o que vai acontecer comigo?”E quando você olha pra frente e está na sua cara, na rua... porque favela é mais tudo na rua mesmo. As pessoas com problemas bem maiores do que o seu... em vez de você pensar no seu, você já quer ajudar o seu vizinho, o seu próximo... você já quer ajudar.” (Anastácia, 72 anos)

Um dos efeitos desta visão dicotômica entre a favela e cidade é o distanciamento existente entre a proposta de intervenção urbanística e as realidades, as expectativas e as

concepções de espaço adequados a moradia na perspectiva destas mulheres faveladas. No Vila Viva Santa Lúcia podemos perceber esse efeito, na seguinte voz:

“Mas em mente assim... é a criação dos filhos mesmo... o espaço, por exemplo... o espaço que cada um de nós tem aqui... nossos filhos... não acho que a gente vai encontrar esse espaço para eles e para a gente dentro do apartamento. Vai ser meio sufocado. A gente não está acostumado também a morar num apartamento, esse não é o sonho de nenhum pobre... morar em apartamento. Porque pobre, eles, a gente gosta é de juntar todo mundo, espaço na casa da gente, estar fazendo um churrasco, por exemplo, no final de semana, ligar um sonzinho mais ou menos. Então onde nós vamos achar esse espaço no apartamento? Por exemplo, nós vamos comprar meu carro. Eu quero comprar meu carro, na minha casa tem espaço pra eu ter uma garagem. No apartamento, onde eu vou deixar meu carro?” (Jurema Batista Maciel, 28 anos)

5. Espaço Público e Relações de Gênero

O espaço público é um elemento importante da vida das entrevistadas. Quando elas relatam suas experiências percebemos uma pluralidade de participações e atuações políticas entre as entrevistadas. A religião e o trabalho são muito presentes e relacionados às experiências de participação no espaço público.

“Eu trabalho com recreação, monitoria de jogos, esporte e lazer há pelo menos dez anos. Além dessa trajetória profissional, tenho engajamento social, eu sou líder desde, quer dizer, eu participo de ações que as lideranças comunitárias atuam direta ou indiretamente desde quando eu tinha quinze anos. Então tem pelo menos dezanove anos, é quinze anos, dezoito ou dezanove anos que eu sou envolvida nos movimentos populares. Então, antes eu participava da Associação de Moradores da Barragem Santa Lúcia, e a partir daí eu fui me envolvendo em ações desenvolvidas pelas associações ou pelas igrejas, especialmente a Igreja Católica, ou qualquer outra ação que me despertasse interesse de alguma forma.” (Chiquinha Gonzaga, 34 anos)

A ocupação de espaços públicos formais de participação é um elemento estratégico nas lutas frente ao processo de remoção de suas casas. É um espaço de fala, de expressão e principalmente visibilidade, porém a inserção na lógica formal depende de diálogos com redes de legitimidade exteriores à comunidade, uma vez que a ilegalidade, devido ao não reconhecimento por parte do Estado, dos direitos dessas pessoas a propriedade, é responsável por processos de exclusão e invisibilização (Costa, 2006).

“Eles chegaram perto da gente e falaram que nós tínhamos que formar uma comissão. Então hoje tem a comissão, tem tudo, mas foi o pessoal do Polos e o Dr. Fábio que ensinou a gente a se engajar no meio da sociedade, assim mais específico, porque nós não fomos aceitos em lugar nenhum. Hoje o prefeito pega, está atendendo a gente, que está falando que está atendendo em tudo, mas prefeito nenhum quis atender a gente. Na época que era o Célio de Castro, o Pimentel era o vice, ele que era o secretário do prefeito. Aí eu lembro como se fosse hoje que a gente foi lá para conversar com ele. Ele ficou dando banana assim

para gente. Aí da outra vez que eu fui lá, que aceitou conversar com a gente eu levei um cacho de banana para ele. Porque ele dá banana assim, e eu não, eu dava banana de verdade. Nós não queríamos só dar banana, nós não estávamos querendo brigar, nós estávamos afim de uma moradia. Nós não estávamos afim de brigar e ele estava mostrando banana e eu levei um cacho de banana para ele.” (Maria de Jesus Silva, 53 anos)

A participação em espaços públicos formais também reflete o distanciamento entre a realidade vivida pelas mulheres em processo de remoção e os instrumentos de diálogo entre o Estado e a Sociedade. Esse abismo comunicativo e relacional são efeitos de poder e exclusão sobre os discursos e vozes das entrevistadas, e são fonte de muitas angústias.

“Para mim é ruim, porque muitas coisas não têm definição. Assim, por exemplo, fica tudo no ar. Tipo assim, eu começo a falar uma coisa com você, mas eu não concluo, eu não tenho data para aquilo... eu não tenho registro para aquilo. Então, em todas as reuniões que eu fui eu considero sem explicação. A maioria sem explicação.” (Carolina Maria de Jesus, 43 anos)

“Então a luta é muito grande. Imagina, eu tenho trinta e quatro anos, desde quando eu me entendo por gente alguém sempre fala “nós vamos sair daqui porque está marcada a nossa casa”... e realmente tinham algumas marcas: ou tinha marcas no chão, ou tinha marcas na porta, ou tinha marca na parede. Então, de certa forma, foi um acreditar desacreditando, porque sempre falaram a mesma coisa. Então, nos últimos anos, acho que nos últimos três anos, essa questão deixou de ser uma fala solta no ar e passou a ser uma coisa mais enfática. Por quê? Por causa da intervenção do Programa Vila Viva. Eles vieram com muita força e mostraram que as intervenções que eles apresentam acontecem. Talvez da forma deles ou de alguma forma que a comunidade pode aceitar ou não, mas elas acontecem. Então, a minha última luta, as minhas últimas lutas estão ligadas à questão da moradia. Por quê? Porque eu sempre ouvi que eu ia sair, mas não quis acreditar, meus pais não quiseram acreditar, ninguém quis acreditar. Então, talvez a gente não tenha se movido de forma a impedir isso, num outro momento, de uma outra forma. Mas hoje não, hoje a gente está iminente, a questão da nossa retirada. Essa é minha luta atual mais forte porque é a última... quer dizer, última desse momento.” (Chiquinha Gonzaga, 34 anos)

A relação de algumas pessoas com os espaços públicos de representação formal também produz o afastamento de algumas mulheres em situação de remoção de algumas arenas de debate e atuação política. Esse movimento revela tensões e hierarquias internas que são efeitos de poder provenientes da necessidade de afirmação das posições de representação que elas assumem dentro da comunidade, como forma de diferenciação entre elas.

“Eu só vou fazer um trabalho comunitário para ajudar, eu não vou para constar nome. Aí chega: “eu sou coordenadora; coordenadora da pastoral não sei de quê”. Sabe, usa o nome. Então, se você vai fazer um trabalho, vai ser para ajudar, não interessa o cargo que você vai ter, não interessa se você vai lá para limpar o chão ou se vai coordenar a turma de alguma coisa. Eu já falei para duas pessoas, pessoas próximas, “ah, não, vamos! Chegando lá você faz isso”. (Jurema Batista Maciel, 28 anos)

Essa categoria de análise também foi pensada tendo em vista as relações de gênero no espaço público da comunidade, considerando os efeitos do machismo e do patriarcado sobre a experiência de participação das mulheres (Pateman, 1993). Durante as entrevistas, tensões entre a posição do pesquisador e as entrevistadas foram evidentes ao abordarmos essa relação. Acreditamos que os conflitos de gênero foram minimizados por algumas entrevistadas. Uma delas aponta o fato de a participação feminina ser maior no Aglomerado Santa Lúcia como a principal distinção de gênero, o que se revela como uma postura defensiva.

“É porque, assim, nas, nas, nas reuniões mesmo do, nas reuniões que tem mesmo do Projeto Vila Viva, eu vejo que vai mais mulheres do que homem. E os projetos que tem também da Igreja, nos projeto que a gente faz mesmo, nas reuniões a gente sempre vê mais mulheres que homens participando.” (Josélia Fonseca, 54 anos)

Porém, uma voz que consideramos ser rica justamente pelo processo de reflexão da entrevistada ao falar sobre o tema, nos trás indícios interessantes sobre a dinâmica de participação das mulheres e os conflitos existentes entre elas e os homens no que tange ao engajamento e os diversos tipos de lutas na favela.

“Eu percebo que época em que eu entrei tinha mais homens do que mulheres. Pelo menos a imagem que eu tenho, eu não sei se é porque a presença masculina era mais marcante, porque ela era mais incisiva, mais poderosa e até mais numerosa; eu percebia que tinha muito mais homens engajados nas lutas do que as mulheres. Mas eu percebi que com o passar do tempo, não de imediato, mas com o passar do tempo, que as lutas que as mulheres se envolviam eram mais profundas, que elas estavam ligadas não só à questão de melhoria estrutural, não só a questão de melhorias da via, porque isso também. Minha mãe é uma lutadora. Essa região... o primeiro poste de energia elétrica... eu lembro que minha mãe ia em todas as reuniões da associação para conseguir que fosse colocado luz elétrica desse lugar. E não era um homem, meu pai nunca foi, meu avô nunca foi, meus tios nunca foram. É minha mãe, minha avó, minha tia, minha prima, minha vizinha. Então, essa luta era mais ((risos – interação com outra pessoa não participante da entrevista))... essa luta era mais visível de ver as mulheres agindo, mas numa luta grandona, melhoria de beco, melhoria disso, melhoria daquilo. Eu percebi que os homens eram mais enfáticos, eram mais presentes naquele momento. Só que com o passar do tempo eu percebi, por exemplo, que um movimento de direitos humanos e as mulheres que lutavam pelos direitos humanos trabalhavam mais efetivamente com outras questões que não só estrutural, mas com a pessoa. Estava mais ligada à pessoa, estava mais ligada à pessoa... Então, eu ainda não tenho muita clareza se a mulher participa mais ou participa menos. Eu acho que o envolvimento dela com a luta é mais humanizado, ela se preocupa um pouco mais com o humano, com a pessoa que está ali por trás, porque ela também luta por essa pessoa, do que só com a questão estrutural. Ela não está preocupada só se o beco vai ser saneado nesse projeto todo de uma intervenção gigante do Vila Viva, ela quer saber se o beco vai ser saneado porque o filho deficiente físico, ou mental, que mora na casa dela, precisa de melhor acesso à rua. Então ela está preocupada com isso. Ela precisa saber porque o parente idoso que mora na casa dela precisa ter condição de sair de casa, ou até uma outra mais trágica do que isso. Então ela preocupa mais com isso também.” (Chiquinha Gonzaga, 34 anos)

Nesta fala percebemos a existência de invisibilidades e hierarquias de gênero nas lutas que as mulheres assumem no espaço público. Questões ligadas aos aspectos da vida privada e humanos são assumidos por elas, enquanto questões ligadas ao planejamento, à estrutura são assumidos pelos homens. Uma leitura possível é que assuntos ligados à dinâmica da favela são deixados a cargo das mulheres enquanto assuntos relacionados à dinâmica da favela com a cidade são assumidos pelos homens.

6. Violências Percebidas pelas Mulheres no Processo de Remoção

Neste momento apresentaremos as vozes das entrevistadas buscando dar visibilidade aos sentimentos e violências que as mulheres que serão removidas da favela nomeiam e localizam durante esse doloroso processo. Entendemos as experiências descritas como violências porque quem as sofre as definem assim. Percebemos que alterações e privações dos vínculos comunitários aliados ao sentimento de pertença ao espaço são uma forma de violência produzida pelo Vila Viva Santa Lúcia.

“Eu fico pensando “ai, meu Deus, será que pro lugar que eu vou eu vou me sentir bem até dentro da minha própria casa, igual eu me sinto aqui?”As pessoas, os amigos, por exemplo, eu tenho amizades muito fortes aqui... as pessoas que eu convivo, as pessoas que eu gosto. Aí eu fico pensando “será onde meus amigos vão ficar, será onde eu vou ficar? Vai dar pra gente se ver todo dia?”Porque esse é o costume. Minha casa mesmo é muito bem frequentada, toda hora tem gente, toda hora entra e sai gente. “Será que pra onde eu vou, será que isso não vai incomodar às vezes outras pessoas?”Por exemplo, toda hora entra e sai, conversa. Eu fico pensando isso e isso mexe bastante comigo.” (Carolina Maria de Jesus, 43 anos)

A questão do trabalho também aparece como um ponto de muita angústia e sofrimento; porém, na implementação do Vila Viva Santa Lúcia as discussões sobre essa dimensão da vida das mulheres entrevistadas teve pouca visibilidade nos debates sobre os efeitos das obras. Muitas delas trabalham em suas moradias e devido à remoção serão forçadas a separar o trabalho da residência e isso é percebido como um processo violento.

“O trabalho, eu acho que o trabalho vai alterar muito a minha vida. Eu ter que, por exemplo, desmontar meu salão aqui... nem sei pra onde eu vou com ele, como eu vou trabalhar, o que eu vou fazer? Isso mexe muito comigo, é uma coisa que mexe profundamente. Eu todo dia ((ruído-00:18:46)) “o que vai ser da gente?”Por exemplo, “o que vai ser de mim que trabalho dentro da minha própria casa? Será que eu vou ganhar

dinheiro? Será que eu vou pagar aluguel? Será que eu vou achar um lugar bacana para trabalhar igual eu tenho aqui?”Eu fico pensando e isso me preocupa muito.” (Ruth Souza, 39 anos)

“Já pensei: “e aí, como eu fazer?”Eu vou ter que sair daqui para eu continuar com minhas marmitas ou vou ter que cancelar todos os meus cliente, que meu meio de vida é esse. Aí pagar um aluguel para continuar com eles ou eu vou ter que desistir de tudo. Porque desistindo deles tudo, eu desisto até de mim mesmo. É meu trabalho, é meu meio de viver. Aí eu vou ter que parar de trabalhar para mim para começar de novo a trabalhar para os outros, na minha idade eu não aguento não, já trabalhei demais.” (Xica da Silva, 58 anos)

“Às vezes a gente pode assim... eu acho que se a gente muda a gente tem que mudar para melhor, a gente nunca vai mudar para pior, descer um degrau, vai subir, então eu tenho dúvida porque será que isso vai melhorar ou piorar minha situação hoje? Porque como eu trabalho aqui autônomo, então se eu for mudar para um lugar bem longe eu vou ter que começar tudo de novo do zero. Quer dizer, meu ponto aqui da loja, a freguesia, então eu vou ter que fazer tudo de novo. Essa é uma dúvida. E a outra é se eu for para o apartamento também, como é que vai ser eu morando no apartamento e trabalhando aqui, se vai ter condição para isso, porque se vai sair meu lugar, capaz de sair todos os lugares daqui um tempo.” (Josélia Fonseca, 54 anos)

Outro tipo de violência nomeada diz respeito aos procedimentos utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte para “marcar” as pessoas que serão removidas e as consequências deste ato administrativo sobre a experiência das mulheres em processo de remoção. A perda de autonomia sobre o espaço é fonte de incertezas, e articulada com a dificuldade de diálogo com o Poder Público são percebidas como uma violência que recai sobre a realidade destas mulheres.

“Eu considero uma violência eles chegarem e colocarem o papelzinho lá na sua casa: “você está marcado mesmo”. Por mais que você pode arrancar o papel, mas é uma violência você chegar na sua casa e o papel está lá. Outra violência é eles não te falarem nada, eles chegam e colocam o papel lá, e você vai lá procurar informação cada vez que você vai, se eu vou eles falam alguma coisa, se meu marido vai eles falam outra coisa, nunca bate. É igual o mapa que tinha, se uma pessoa ia lá eles mostravam um mapa, se outra pessoa ia eles mostravam outro mapa. Eu considero isso uma violência, sabe, eles não falam quando, nem quanto, nem nada, só falam que você vai sair, vai avaliar, mas não te dá data, não te dá nada. Você fica meio sem saber: “será que é esse ano, será que é ano que vem?”Aí você fica meio que sem poder fazer nada porque você não tem uma previsão. Eles não te dão nada. Aí você pergunta, “ó, a gente está vendo, você vai ser informado, a gente vai fazer uma reunião...” E você vai levando, você fica meio presa, você não pode reformar, você quer pintar sua casa, você não pode fazer nada, você: “ah, mas eu vou ser removido”. Mas aí passa um ano e você não é removido e sua casa está lá, você quer fazer uma reforma mas não pode fazer porque você vai sair. É difícil demais da conta.” (Maria de Jesus Silva, 53 anos)

Em específico identificamos dois tipos de violência que perpassam todas as experiências de ser mulher em processo de remoção de suas moradias. Uma é a violência psicológica descrita a seguir:

“Nossa... violência psicológica de repressão de todas as lutas que foram feitas anteriormente, por homens e mulheres, por pessoas dessa comunidade, então, reprimindo tudo aquilo que foi falado, todo o ar de liberdade, toda possibilidade: “você é livre pra tomar decisão, você tem o direito de escolha, você tem o direito de falar, você tem o direito disso”. Tudo pra mim se traduziu no direito de permanecer calado e aceitar tudo aquilo que eu tinha para falar pra você. Viola esse direito, viola também o direito de... direito a moradia do jeito que eu escolhi. “Eu escolhi morar, eu quero que seja assim, da forma que seja.” Mas eu percebo que ele viola esse direito de morar onde eu quero, do jeito que quero, da forma que eu quero. Viola meu direito de me expressar, de me comunicar de alguma forma. Eu acho que essa situação psicológica é a pior de todas. É uma opressão que eles fazem em cima da gente, uma opressão velada, porque eles não falam não. Pra eles, eles estão melhorando. Como se a gente fosse só a parede, como se a gente fosse só piso, como se a gente fosse só tijolo, cimento e areia. Nós não somos isso. Nós somos mais do que isso, nós somos pessoas. Tem um quadro do Zorra Total que tem uma coisa horrível lá com a assistente social, mas ela fala um negócio lá que é o que a prefeitura fala com a gente;” eu gosto de gente, eu gosto de pobre, pobre é gente, quase tão gente como a gente”. QUASE TÃO GENTE COMO A GENTE. Então eu penso que a prefeitura faz isso: “a gente gosta de pobre, eles até são gente, só não são como a gente, só não têm direitos, só não têm nada disso”. Eu acho que é um quadro idiota, mas ele fala um pouquinho do que a prefeitura está fazendo com a gente na imagem daquela mulher.” (Chiquinha Gonzaga, 34 anos)

Presente na voz anterior e na próxima, um segundo tipo de violência transversal à experiência das mulheres em processo de remoção do Aglomerado Santa Lúcia pode ser percebido. A impossibilidade de narrar a própria história, fato que as coloca em uma posição de subordinação, opressão e exclusão que é nomeada e apontada como uma forma dramática e drástica de violência simbólica.

“Tristeza. Às vezes a gente fica triste, por ver que assim... por não saber mais como vai ser, porque hoje eu sei, hoje, atualmente, eu sei como eu me se viro muito bem, mas depois, quando acontecer essa demolição... Vamos supor, eu vejo a minha casa que eu busquei água na cabeça, eu buscava água aqui em cima porque lá em casa não tinha nem água, a gente buscava lata de água quando era menina, busca lata de água na cabeça, buscava lá para baixo, colocava nas vasilhinhas, lavava as vasilhas de bacia. Eu lembro que eu usava sete baldes, enchia os baldes e lavava a roupa e ia enxaguando a roupa e pondo no varal, tudo com água buscada. Aí depositam aí tem uma tristeza, eu falo: “nossa! Construiu tudo isso para quê? Para morrer depois?”Tinha que ter uma história, tinha que ficar uma história. Não vai ficar uma história nenhuma, vai matar todas as histórias.” (Xica da Silva, 58 anos)

7. Considerações Finais

O fato de as mulheres serem as grandes atingidas pelo processo de remoção, conforme o explicitado pelas entrevistadas e pelos dados, nos leva à reflexões sobre a “feminilização da pobreza” no Brasil (Lavinas, 1996). Esse conceito foi construído tendo em vista a inserção desprivilegiada de mulheres no mercado de trabalho, devido aos efeitos de sistemas de exclusão sobrepostos e referenciados nas relações e dinâmicas de raça, gênero e classe. Essa

articulação produz posições de subalternidade e opressões específicas e mais severas para mulheres pobres e negras na realidade brasileira. Nesse sentido, a experiência de mulheres no contexto de favela e em processo de remoção de suas casas, nos permite assumir um posicionamento que nos ajuda a visibilizar formas de violência, segregação e invisibilização articulados à exclusão espacial dentro das grandes cidades brasileiras. Como explicitado nas entrevistas, às mudanças de moradia e no cotidiano destas mulheres devido ao Vila Viva agem diretamente precarizando ainda mais o trabalho das mulheres em processo de remoção de suas casas, suas possibilidades construtivas que lhes permitem garantir renda, maior conforto e soluções de acomodação familiar. Elas nomeiam essa situação como uma forma de violência e isso deve ser visibilizado por meio de suas vozes.

Lembramos aqui dos riscos de não se levar em conta a perspectiva de gênero nas intervenções urbanísticas, uma vez que elas produzem formas específicas de controle e subordinação que à primeira vista estão a serviço de discursos democráticos e de transferência e acesso a moradia digna e à cidade formal. Um pressuposto não explícito do Programa Vila Viva, mas aparente e visibilizado pelas vozes das mulheres é o de que a alteração dos modos de vida configurados por elas, podem ser modificados, por meio da mudança na situação de moradia. Sendo assim, uma “moradia digna”, ou seja, os apartamentos, representam a inclusão social destas pessoas, que passariam a não mais viver como faveladas em seus barracos, passando a viver em apartamentos, que as aproximam do estilo de vida da classe média residente na cidade formal. Porém, como constatamos pelas vozes das mulheres entrevistadas, devido à precarização das condições econômicas resultante das interferências no espaço dessas mulheres e na situação de trabalho, oriundas de seu deslocamento; à desvalorização da cultura e do modo de habitar das faveladas em relação ao da intervenção do Programa Vila Viva, os padrões e os modos vida valorizados pelo discurso hegemônico agem gerando efeitos de exclusão, invisibilidade, subalternidade e formas de opressão graves das

mulheres em processo de remoção. São ainda presentes nas vozes que compõem esta pesquisa, e nomeadas, restrições de direitos violentas que marcam profundamente essas experiências. O risco de não se levar em conta a perspectiva de gênero se torna mais grave quando as intervenções e modelos urbanísticos se referendam na alteração das formas de habitar próprias das mulheres faveladas. A fixação das famílias removidas em unidades habitacionais e a reprodução do modo de vida da classe média de forma precária não devem se apresentar como o único projeto possível e adequado de realidade habitacional possível para essas mulheres.

9. Referências Bibliográficas:

- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704-719. Obtido em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Arguelles, D. de O. & Costa, A. C. S. da. (2008). A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. *Universitas Humanas*, 5(1-2), 109-137. Obtido em <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/universitashumanas/article/view/878/612>
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: Uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (P. A. Guareschi, trad., pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Carneiro, S. (2003, setembro-dezembro). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.
- Carneiro, S. (2011). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Obtido em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>
- Costa, H. S. M. (2006). A cidade (i)legal: Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade (pp. 145-169). In C. A. L. Brandão (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEAT.
- Cruz, M. (2009). *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito.
- Curiel, O. (2007). La crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo, antirracista. *Revista Nómadas*, (26), 92-101.
- Flick, U. (2004). Entrevistas semi-estruturadas (pp. 89-108). In U. Flick. *Uma Introdução à pesquisa qualitativa* (S. Netz, trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Gonçalves, B. D. (2009). Impactos da participação e da consciência política na vida das mulheres líderes em política. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(2), 199-213. Obtido em <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/Goncalves.doc>
- Gonzaga, T. (2011). A cidade e a arquitetura também Mulher: conceituação da Metodologia de Planejamento Urbano e dos Projetos Arquitetônicos do ponto de vista de gênero. São Paulo: Annablume.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Hooks, B. (1995). Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*. 3(2), 464-478.
- Lavinhas, L. (1996). *As mulheres no universo da pobreza*. O caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, ano 4, 446-479.
- Mayorga, C. (Org.). (2010). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre*

democratização da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mayorga, C.; Coura, A.; Miralles, N. & Cunha, V. M. (2013, maio-agosto). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 336.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual* (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988).

Pereira, J. A. (2012). *O tombamento do "Casarão da Barragem" e as representações da favela em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Scott, J. (1990). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.

Scott, J. (2001). "Experiência" (M. Silva, trad.). *La Ventana*, (13), 42-73. (Trabalho original publicado em 1992).

Silva, L. A. M. (2011, outubro-dezembro). A política na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(4), 699-716.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trads.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Tavares, R. B. (2012). Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do reconhecimento para o urbanismo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 12(2). Obtido em <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/issue/current/showToc>

Zaluar, A. & Altivo, M. (Orgs.). (2006). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

APÊNDICE I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada para participar da pesquisa; Sem Lugar: experiências de mulheres em processo de remoção forçada.

Você foi selecionada para essa pesquisa devido ao seu engajamento em ações comunitárias no Aglomerado Santa Lucia e sua participação no processo de implementação do programa de urbanização de vilas e favela, denominado Vila Viva Santa Lúcia. A participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é compreender quais as dinâmicas, trajetórias, experiências, relações de poder e violências que as mulheres do Aglomerado Santa Lucia estão vivenciando frente ao processo de remoção forçada.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na realização de uma entrevista tendo como um roteiro que possui perguntas relevantes ao tema (Apêndice II). A forma de registro do relato será o gravador e caso haja permissão da participante, a entrevista também será registrada em vídeos. O vídeo que será um dos produtos da pesquisa. As participantes da pesquisa poderão retirar quaisquer imagens ou áudio que considerem inapropriados.

Os riscos relacionados com sua participação na pesquisa estão ligados aos desgastes emocionais ao falar sobre os temas que envolvem esta investigação. Assuntos como: moradia, família, violências, história de vida e outros ligados tanto a esfera privada quanto a pública serão abordados. O pesquisador se compromete a prestar qualquer auxílio necessário durante a condução da entrevista.

Os benefícios relacionados à sua participação estão ligados ao aprimoramento das Políticas Públicas de habitação, ao registro de luta das mulheres em contexto urbano e a contribuição para pesquisas que estudam e se relacionam com tema.

O material e as informações obtidas na pesquisa poderão ser utilizadas e publicadas em aulas, congressos, palestras, documentário ou periódicos científicos. Porém, o mesmo não serão identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação.

Autorizo o registro da entrevista em vídeo identificando minha identidade.

Autorizo o registro da entrevista por meio de gravador de áudio mantendo minha identidade em sigilo.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Em caso de dúvidas sobre o projeto e sua participação entre em contato por meio do telefone (31)84148415, e-mail: lucasfuriati@yahoo.com.br ou no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627- Pampulha- Prédio FAFICH, sala 2005, Núcleo Conexões de Saberes.

Este termo será assinado em duas vias que permaneceram uma com a participante e outra com o pesquisador.

Pesquisador: Lucas Furiati de Oliveira

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante:

Belo Horizonte, ____ de _____, 2013

APÊNDICE II

Roteiro de Entrevista

Objetivo:

Produzir entrevistas com as moradoras do Aglomerado Santa Lúcia sobre suas experiências e vivências frente ao Programa de moradia e intervenção urbana denominada Vila Viva. As participantes da pesquisa serão mulheres que estão “marcadas” para serem removidas de suas residências.

Metodologia:

A ferramenta de coleta de dados utilizada pela pesquisa será a entrevista semi – estruturada.

Pretende-se entrevistar 12 mulheres sobre a experiência de remoção perpassando pelos temas e questões abaixo levantadas.

Temas e perguntas:

1) História de Vida.

Qual a sua trajetória de vida?

Qual a sua trajetória dentro de Belo Horizonte e do Aglomerado Santa Lúcia?

2) Representação e Significação do Espaço.

Quais são as percepções, reflexões e sentimentos que você construiu sobre os espaços onde vive? (cidade, favela, roça, etc..)

Quais são as percepções, reflexões e sentimentos que você possui sobre o Aglomerado Santa Lúcia?

Quais são as percepções, reflexões e sentimentos você relaciona a sua casa, a favela e a cidade?

3) Público e Privado.

Como você percebe o espaço público da comunidade?

Quais entidades políticas do Aglomerado Santa Lúcia você participa?

Qual o seu grau de envolvimento com organizações comunitárias?

Quais ações comunitárias a você se envolve? Porque?

4) Relações de Gênero no Espaço Público.

Como você entende a participação política das mulheres dentro da comunidade?

Você percebe diferenças entre a atuação de homens e mulheres?

Quais as explicações para estas diferenças?

Quais reflexões e percepções você possui sobre as relações de gênero neste processo de participação?

Como você percebe o cenário da cidade e da favela?

Como foi o processo de participação e organização das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia frente ao Vila Viva?

Quais as pautas mais relevantes para elas?

5) Violências percebidas no processo de remoção.

Quais as violências cometidas e percebidas por você no processo de remoção?

Como as mulheres significam estas violências?

Quais violências são naturalizadas?

Como elas se relacionam com estas naturalizações?

Quais sentimentos são mobilizados quando estas pessoas relatam a experiência de remoção de suas moradias e parte de parte da comunidade em que estão inseridas?

Percepções sobre a atuação do Estado?

Quais violências são percebidas pelas mulheres como mais graves no processo de remoção?

Principais reivindicações e descontentamentos?

Expectativas e frustrações frente ao futuro de suas vidas, famílias e comunidades?

APÊNDICE IV

Lista de Documentos Pesquisados

- 1- Inquérito Civil Público produzido pelo MPF durante a implementação do Vila Viva Santa Lúcia.
- 2- Relatórios produzidos pelo Polos de Cidadania no período de 2011 à 2013 sobre as Intervenções do Vila Viva Santa Lúcia.
- 3- Atas das reuniões que ocorreram dentro da comunidade para discutir as intervenções do Vila Viva Santa Lúcia, no período de 2011 à 2013 .
- 4- Mapas da comunidade disponibilizados pela URBEL.
- 5- Plano Global Específico Santa Lúcia (2003)
- 6- Materiais diversos de mobilização política acerca do Vila Viva Santa Lúcia, no período de 2011 à 2013;
- 7- Materiais de divulgação e informação do Vila Viva Santa Lúcia produzidos pela URBEL, no período de 2011 à 2013.
- 8- Listas de presença das reuniões e encontros que tinham por finalidade discutir o Vila Viva, no período de 2011 à 2013.
- 9- Atas de três Audiências Públicas que ocorreram no Aglomerado Santa Lúcia cujo objetivo foi discutir o Vila Viva Santa Lúcia, no período de 2010 à 2013.
- 10- Atas de duas Assembleias comunitárias que tinham como foco o Vila Viva Santa Lúcia, no período de 2011 à 2013
- 11- Termos de Ajustamento de Conduta produzido pela MPE.